



Ata nº 12

Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 31 presenças).

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); João José da Silva Calhau (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); António José de Figueiredo Martins da Luz (GHEGA); Daniel Viegas (IL); Fábio Miguel dos Ramos Simão (PS); Berta Paula Silva Dias (PSD); João Carlos Brandão (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Marta Gabriela Gomes Correia (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); António Filipe Parra Martins (CDU); Elza Cunha (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Sabrosa Portada.

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituído por Carlos Alberto.

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício.

Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS) – Substituída por João José da Silva Calhau.

Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS) – Substituído por Fábio Miguel dos Ramos Simão (que **tomou Posse** na presente reunião).

Cátia Susana da palma Morais Gomes (PSD) – Substituída por Berta Paula Silva Dias.



Célia Maria Alves Gonçalves (BE) – Substituída por João Carlos Brandão.

Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD) – Substituído por Marta Gabriela Gomes Correia.

Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por António Filipe Parra Martins (que **tomou Posse** na presente reunião).

Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN) – Substituído por Elza maria Martins Sousa Cunha.

- Composição da Mesa: -----

Presidente: Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte.

1.º Secretário: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

2.ª Secretária: Cláudia Suzana Silva da Luz.

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho, o Vice-Presidente Paulo Jorge Neves dos Santos e os Vereadores Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Teresa Aleixo Almeida Santos; Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias e Aquiles Fernando Dias Marreiros.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte **ordem de trabalhos:***

I – Período Antes da Ordem do Dia

II – Ordem do Dia

1 – Aprovação da ata nº 9, de 31/03/2022;

2 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 169/2022/CM - Contrato-programa entre o Município de Faro e o Centro de Ciência Viva do Algarve;

3 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 208/2022/CM – Consolidação de Contas de 2021;

4 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 221/2022/CM respeitante à Construção de 49 Fogos na Rua Soldado Ferrer no Montenegro; Construção de 22 Fogos na Rua Ludovico Menezes;

5 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º. 348/2021/CM – Projeto de Regulamento Municipal para Postos de Carregamento de Mobilidade Elétrica;



6 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 414/2021/CM – Projeto de Regulamento de exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar do Município de Faro;

7 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº. 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

III. Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

IV. Moções.

I - Período Antes da Ordem do Dia

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia e Sr. Presidente da Câmara, cumprimento todos os presentes.

Trago aqui quatro pontos rápidos, peço a sua condescendência. Um tem a ver com as casas de banho da praia, a época balnear já abriu e as casas de banho continuam fechadas, ou a manutenção a ser feita por entidades privadas que ficaram com a chave durante o período de inverno, mas neste momento a afluência já é muita e por isso é urgente que as casas de banho fiquem abertas.

O segundo ponto tem a ver com as motos não poderem entrar no Parque de Campismo. Viajo muito de mota, por muitos sítios diferentes, e é o único Parque de Campismo em que a mota não pode entrar. Em relação ao Parque de Campismo também é urgente que se abra o Posto de Primeiros Socorros, pois já por duas vezes é um sócio do Clube de Surf de Faro que faz o salvamento a duas pessoas que entraram em paragem cardiorrespiratória no Parque de Campismo e, por sorte, tivemos um socorrista que estava presente que foi lá e fez o salvamento às pessoas. Portanto, se calhar é urgente nesta altura do ano abrir o Posto de Primeiros Socorros.

O outro ponto tem a ver com as piscinas municipais. Faro lutou muito, durante muitos anos, para termos um complexo de piscinas digno e o que se tem vindo a verificar é que, ao longo dos anos, não tem havido investimento naquele espaço, estando na iminência de as piscinas fecharem.

Há muito tempo que é necessário uma intervenção na piscina exterior, aquele tanque praticamente não é utilizado por não ter condições para tal. Na piscina interior tem havido pequenas intervenções, mas não estão a sortir efeito e se não for feita lá uma intervenção como deve ser vai pelo mesmo caminho da piscina do exterior e, mais dia menos dia, vai ter que fechar.



Quanto aos balneários, remendar aqueles que lá estão não me parece uma boa solução, o melhor seria fazer uns novos, pois aquilo está uma desgraça.

Posto isto, sabemos que estamos numa altura muito difícil, a cidade tem um problema com a luz, nós já sabemos disso, mas o MPT gostava que, durante este mandato, as piscinas se tornassem numa prioridade porque é uma infraestrutura de extrema importância para os farenses e para a nossa cidade e, para além disso, há muitas crianças e idosos que praticam lá desporto habitualmente.

Gostava que, numa altura difícil que estamos a viver, houvesse um bocadinho de critério nas coisas e que quando os associativismos recebessem os seus apoios pensassem nas prioridades das coisas e não andassem a fazer ações onde existe pouco dinheiro para gastar. Obrigado.»

O membro da AM, Elza Cunha (PAN) – «Cumprimento o Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa todos os presentes.

O PAN quer fazer aqui uma declaração política em relação à situação do caos em que se encontra a saúde na nossa região e não só.

Então passo a citar: *O estado caótico das urgências de ginecologia e obstetrícia tem sido tema de abertura de inúmeros telejornais desde o dia 8 aquando de uma situação dramática de uma mãe que perde o seu bebé no Hospital das Caldas da Rainha, estando o serviço de urgência de obstetrícia dessa unidade encerrado por falta de médicos.*

Esta triste notícia paira sobre todos nós, os utentes do Serviço Nacional de Saúde, como uma constante ameaça, não sendo a nossa região exceção. Temos as urgências desta especialidade encerradas em Portimão, com todo o risco que isto representa para a vida e saúde das nossas mulheres e das nossas crianças.

Infelizmente, o mesmo panorama estende-se nas outras áreas da saúde, como é o caso da pediatria, já na iminência de muitas vezes de fechar as urgências por falta de especialistas pediatras, das urgências gerais, das consultas externas e dos cuidados de saúde primários.

O diagnóstico há muito que está feito! Sabemos as soluções! A Ordem dos Médicos e outras estruturas, nomeadamente sindicais, representativas da classe, já apresentaram à tutela nos sucessivos governos as soluções.

É urgente dar prioridade à reconstrução do Serviço Nacional de Saúde, com um real investimento planeado na revisão das carreiras profissionais de todos



os profissionais, quer a nível salarial, nas condições de trabalho com valorização das carreiras, assim como das instalações das estruturas de saúde, há muito, como sabemos, subdimensionadas, com equipamentos obsoletos e carência profunda de recursos humanos em todas as áreas.

Sabemos que a solução deste problema é da responsabilidade do Poder Central, contudo o PAN entende também que, de alguma maneira, as estruturas locais podem e devem dar o seu contributo para minorar muitos dos problemas que ocorrem e que concorrem para a não fixação de profissionais de saúde na nossa região. Nomeadamente, entre outras, a possibilidade de apoio à habitação a preços acessíveis para os profissionais que se queiram deslocar para a nossa região, com as suas famílias, garantindo também creches para essas crianças.

E vamos terminar dizendo que, na verdade, só com vontade política e encarando a saúde como um verdadeiro investimento, um dos direitos fundamentais da nossa sociedade e de um povo, é possível fixar profissionais altamente qualificados e cumprir um direito inscrito na nossa Constituição. Um serviço de saúde universal, de qualidade e tendencialmente gratuito para todos os portugueses. Muito obrigada.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito obrigado.

Exm.º Presidente da Assembleia Municipal de Faro, Exm.º Presidente da Câmara Municipal de Faro, estimados membros da Mesa, Vereadores, restantes membros da Assembleia Municipal e o público presente.

Hoje é dia 17 de junho de 2022, o ano já decorre há vinte e quatro semanas, ou se preferirem cento e sessenta e sete dias desde o início do ano.

No início do nosso mandato, que já decorre há mais duzentos dias, decidimos unanimemente quanto à importância de manter as transmissões da sessão da Assembleia Municipal de Faro.

O grupo municipal da Iniciativa Liberal lamenta que, passados cento e sessenta e sete dias, continuemos isolados dos restantes farenses a decidir sobre temas da máxima importância do município.

Continuamos a não estar escrutinados, quando todos os partidos afirmam que é necessária maior transparência e proximidade com as populações. Felizmente hoje, temos uma boa plateia de público, mas até nem costuma ser, e mesmo assim não é suficiente. Tenho a convicção de que os responsáveis máximos deste município, de ambos os órgãos, são grandes e verdadeiros democratas e nesse sentido solicitamos que, em conjunto,



encontrem uma solução rápida e eficaz para aumentar a democracia, valorizar esta Assembleia que representa todos os farenses e que acima de tudo é de todos os farenses. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado Daniel Viegas, da Iniciativa Liberal.

Eu creio que devo dar uma resposta a esta declaração, porque ela é pertinente, faz sentido e realmente compreendo que causa perplexidade aos membros da Assembleia Municipal que ainda não tenha sido possível retomar as transmissões em direto.

É desejo do Presidente e dos demais membros da Mesa da Assembleia Municipal que isso seja possível, mas de facto estamos com um problema de natureza burocrático/contabilístico, que infelizmente ainda não conseguimos resolver.

Eu espero ser possível, também com a colaboração do Sr. Presidente de Câmara, que acredito que vá vencer esses estrangulamentos, para de facto começarmos a garantir essa transmissão, a qual reputo e creio que todos aqui reconhecemos como da maior importância para projetar as condições de maior participação e até prestigiar, não apenas o papel daqueles que foram eleitos para a Assembleia Municipal e aqui desempenham as suas funções com as suas competências, mas também do próprio trabalho dos membros da Câmara Municipal, os quais têm que trazer muitas propostas à submissão da Assembleia Municipal e, por força disso, é natural que também desejem que haja essa publicidade e escrutínio por parte de todos os cidadãos.

O meu compromisso pessoal enquanto Presidente da Assembleia Municipal é mover todos os recursos possíveis para resolvermos esse problema o mais rapidamente possível.»

O membro da AM, António Figueiredo Luz (Chega) – «Na pessoa do Sr. Presidente desta Assembleia, cumprimento todos os presentes.

Exm.º Sr. Presidente.

Tem havido nesta Assembleia Municipal de Faro uma enorme falta de respeito pela ética democrática e pela ética civilizacional, bem como pela cultura do respeito e das mais elementares regras da educação.

Assim, tem-se verificado, por diversas vezes, principalmente por parte do Sr. Deputado Municipal Carlos Alberto da bancada do Partido Socialista,



insultos dirigidos ao Partido Chega, chamando ao Partido e naturalmente aos seus dirigentes e representantes de racistas, homofóbicos, fascistas e etc, etc.

Sendo que de todo não nos reconhecemos dentro desses adjetivos, fica aqui registado que não poderemos admitir, doravante, a continuação de tais insultos que na realidade não são mais do que tiques antidemocráticos e complexos absolutistas dirigidos ao bom nome do Partido e consequentemente aos seus simpatizantes, militantes e dirigentes.

Seguramente que estes ataques de caris fascisante que privilegiam o insulto ao debate político veem na mesma linha da destruição da nossa propaganda, dos nossos out-doors e das vandalizações sofridas pela nossa sede distrital sita na cidade de Faro.

Quero aqui também deixar um reparo à Sr^a Deputada Municipal da bancada do Partido Socialista, Dr^a Tatiana que na cerimónia oficial da comemoração do 25 de Abril não se coibiu de à porta do Teatro Lethes dirigir-se a um membro da Comissão Política Concelhia de Faro do Partido Chega, que eu coordeno, fazer queixas do meu discurso dizendo " se ele (eu) não queria vir não deveria ter vindo".

O Partido Chega deu emprego na Assembleia da República a uma ex deputada do PAN como assessora. Será que a Dr^a Tatiana se está a candidatar a um lugar de assessora do Partido Chega, para dessa forma poder tutelar o Partido, no que concerne àquilo que podemos ou não dizer e aos locais onde podemos ou não ir?

Para informação da Dr^a Tatiana posso esclarecer que esse discurso foi escrito pelo meu punho mas que posteriormente foi aprovado pela minha Concelhia, Distrital, Nacional e Grupo Parlamentar na Assembleia da República o que naturalmente significa que passou a ser um discurso oficial do Partido Chega.

Dr^a Tatiana, não tem como evitar. O Partido Chega existe, está de boa saúde e não se melindra com as suas queixinhas.

Se pensava que o nosso discurso seria palha, lamentavelmente equivocou-se.

Lutamos por causas, não descuramos a história e abominamos o politicamente correto.



Iremos fazer e dizer sempre o que pensamos, pelo menos até que nos consigam silenciar, como quer a sua correlegionária Dr^a Ana Gomes e que pelo que parece não estará longe do seu pensamento político.

Este é o nosso ADN!

Queria ainda aqui deixar uma palavra ao PAN que a propósito da moção que apresentamos nesta Câmara sobre o Hospital Central de Faro nos chamou de populistas. Se dizer alto o que os outros pensam em silêncio é ser populista, então o Partido Chega tem muita honra em ser populista.

Se reagir contra a psicologia e a esquizofrenia burguesas e mundanas e nos ligarmos á expressão da vida e dos sentimentos populares é ser populista, sim somos populistas com muito orgulho.

Agora se ser populista é dizer uma coisa e na prática fazer o seu contrário, como por exemplo defender em palavras a sustentabilidade do planeta e depois ter uma líder que sem qualquer pingão de vergonha pratica uma agricultura intensiva com estufas (perdão, parece que se chamam túneis) em plástico, então neste caso não é o Partido Chega o populista mas sim o PAN.

Aliás o PAN é, por excelência, o partido da contradição política.

Por um lado é contra uma largada de pombos por se usarem animais para fins lúdicos. Por outro não consta que sejam contra usar seres humanos para fins lúdicos, como por exemplo jogos de futebol, andebol, boxe, Karatê, salto em altura, etc.

Grande prova de contradição e de subalternização do animal racional ao animal irracional.

Perante tudo isto queria pedir a V. Exa Sr. Presidente, Dr Cristovão Norte para não permitir que mais faltas de respeito democrático possam voltar a acontecer nesta mui nobre Assembleia Municipal que o Sr superiormente dirige, já que se assim não acontecer sentir-me-ei legitimado a chamar os nomes que me aprouverem a quem pisar o risco da ética democrática nesta Assembleia, correndo o risco desta se tornar parecida com a famosa Praça da Ribeira.

É neste sentido que peço que quando o insulto substituir o debate político, a sua autoridade se faça sentir nesta Assembleia, no sentido de repor a ordem e a ética democráticas bem como o respeito devido a cada um dos deputados desta Câmara e aos partidos nela representados.

A bem da democracia, do Estado de direito e da urbanidade.



Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Permita-me dizer que a Mesa favorece a pluralidade de correntes e respeita-a na Assembleia Municipal. Ainda assim apela, naquilo que for possível a cada um dos deputados municipais, para atenderem que as suas palavras possam ferir os outros. E portanto, procurar tratar as matérias num plano geral e abstrato e nunca as pessoalizar ao ponto de elas poderem ser entendidas como um insulto ou como uma agressão verbal injustificada.

É um apelo que faço e deixo à vossa consideração a concretização em concreto desse apelo.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Faro, Dr. Cristóvão Norte. O Presidente da Assembleia não me deixou fazer uma interpelação, mas eu gostava de fazê-la antes de fazer a minha intervenção.

Os Presidentes de Junta já não têm tempo autónomo nas intervenções, como tinham regimentalmente no regimento da Assembleia?»

Presidente da Assembleia Municipal – «Desculpe, eu não lhe permiti a interpelação há pouco, nem lhe permito a interpelação agora. Portanto, faz favor de usar da palavra para o efeito que lhe foi dada, que foi a intervenção.

Eu não lhe neguei em momento algum a utilização da palavra, independentemente da sua condição de deputado municipal ou de Presidente de Junta de Freguesia ou a conjugação de uma ou de outra. Portanto, essa interpelação é completamente desprovida de sentido, porque parte de um pressuposto que não tem qualquer significado.

Portanto, peço-lhe que avance para a sua intervenção e use o seu tempo. Muito obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Registo que é a segunda ou terceira vez que o Sr. Presidente da Assembleia não responde nem a interpelações, nem a protestos feitos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, Sérgio Martins, membro da Assembleia Municipal de Faro, eleito com uma legitimidade democrática, a mesma que tem o Sr. Presidente da Assembleia; não é diferente é a mesma, o Sr. Presidente também tinha a sua



lista, o Presidente da Junta também tinha e fomos os dois eleitos, mas vejo que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia desvaloriza isso.

Eu só queria intervir aqui para alertar e pedir a atenção da Câmara Municipal de Faro, do Sr. Presidente e da Sr.^a Vereadora Sophie Matias, para uma situação que está a ocorrer na Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, mais especificamente no sítio da Aldeia: um processo de obras que, se eu não me enganei na leitura dos mapas que estão no *site* da Câmara, é o processo de obras n.º 149/15, para uma construção de uma volumetria completamente desproporcional ao que existe na zona, e para uma análise que eu faço e que pode estar errada, de um abuso de interpretação em relação à cêrcea dominante. A cêrcea dominante, numa determinada orografia, tem de ser uma cêrcea num plano horizontal e não num plano vertical e ali na Freguesia de Santa Bárbara de Nexe a orografia e as curvas de nível são no sentido nascente/poente, este/oeste, e nós estamos assistir a construções que porventura abusam da cêrcea dominante no sentido sul/norte e se isso continuar a acontecer provavelmente quando chegarmos à zona mais baixa perto da aldeia, então teremos cêrceas com dez, doze, quinze metros de altura.

Eu gostava que a Câmara Municipal de Faro pudesse analisar a situação, se alguma coisa está a ser feita de errado ou não e prestar especial atenção a esta questão da cêrcea dominante. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente, muito boa noite a todos.

Vou falar sobre um tema urgente que eu acho importante – sobre habitação social – que o PS teve a preocupação, logo nas primeiras sessões, em abordar e apontar para a criação da comissão para habitação social.

Eu penso que é um assunto que este mandato ainda deve começar e para o próximo mandato será importante implementar, aproveitando o acontecimento da semana, que foi o contrato celebrado entre o IHRU e a Câmara Municipal de Faro, para a construção de habitação social, com a presença da Secretária de Estado da Habitação, que relembrou (palavras dela) *erros passados*. Naturalmente de ordenamento e mau urbanismo, pela autoconstrução e a anarquia.

Relembrar que o conjunto de amontoados de barracas na Ilha de Faro, Farol, Culatra e Hangares, constituem um caso de estudo, situados nas mais belas praias do Algarve e com os municípios de Faro, Loulé e Olhão como



principais responsáveis da falta de controlo e sobretudo de fiscalização há muitas décadas. O programa Polis, já está a empresa desmantelada e para mim não foi exemplo urbanístico, não vejo resultados positivos finais.

As demolições, por exemplo, foi o maior erro que foi feito nos últimos tempos. Acho que foram cerca de mil barracas demolidas – e mal demolidas – e que o PPM se opõe a partir de sempre e a partir de agora. Constituíram um atentado à natureza paradisíaca destas praias, com detritos espalhados pelos areais e a poluição consequente no mar. Levará anos para que a erosão faça o seu trabalho eficaz e se encarregue de fazer desaparecer todo o lixo acumulado.

As barracas de construções precárias, feitas de todo o tipo de materiais, devem permanecer – e é a nossa opinião – nos locais. Deverão ser, sim, destelhadas – apenas destelhadas, e há materiais perigosos que essas telhas são constituídas, e depois o interior da casa é preenchido de areia e húmus, para constituírem uma área de reflorestação com pinheiros ou outras espécies arbóreas. Portanto, vamos criar nos núcleos habitacionais dos pescadores/mariscadores reflorestação das ilhas, que já existiu há mais de mil anos e está registado em muitos documentos históricos. A natureza encarregar-se-á de alterar as dunas, fazendo subi-las em altura e a alargar consequentemente as línguas de areia das praias.

A recolocação das aldeias dos pescadores noutras áreas, mais amigas do ambiente e mais seguras pela sua implantação, deveriam ser redesenhadas desde já com o aproveitamento dos Fundos Europeus para Habitação Social com dignidade, isto é, casas de madeira e colmo tal como foram sempre executadas pelos pescadores há séculos, mas tipologicamente regulamentares com projeto aprovado e com licença de habitabilidade.

Nada melhor agora no verão, pensarmos o que se vai fazer para localizar os núcleos de pescadores, através da nossa comissão da habitação constituída e em defesa das habitações sociais, de modo a criar novas aldeias de pescadores/mariscadores, com o apoio PRR em nome da qualidade. Disse.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Boa noite, Sr. Presidente e a todos os presentes.

A questão que coloco é a seguinte: a contratualização do fornecimento de energia elétrica ao município de Faro tem vindo a ser apontada como um problema grande, com forte incidência orçamental em 2022.



Estamos a meio do ano e a questão do aumento dos custos da energia elétrica para o município de Faro urge ser resolvida. O seu montante relativamente a 2022 precisa de ser rapidamente estabelecido, de modo a que nós, relativamente a todas as outras atividades que estão planeadas e estão orçamentadas, possamos desenvolver essas atividades e não sermos vítimas da utilização por muito mais tempo de que a subida dos custos da energia elétrica não nos permite avançar com aquilo que tem de ser feito em todas as áreas de atividade.

Nós gostávamos de pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que fizesse um ponto da situação da contratualização do fornecimento de energia elétrica ao município de Faro e que nos dissesse, se possível, para quando é que este problema relativamente a 2022 poderá estar resolvido, de modo a que rapidamente possamos equacionar a libertação de verbas orçamentais para as atividades as quais estavam previstas.

E permita-me, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, como representante do grupo municipal da CDU, que vos diga que lamentamos o tom completamente despropositado e reprovável com que se dirigiu ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe no início desta sessão. Não havia necessidade disso e é muito mau, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já é repetente nestas coisas. É muito mau que o Presidente da Assembleia Municipal de Faro se tenha de dirigir a um qualquer membro desta Assembleia Municipal nesse tom. Para quê? Para intimidar? Para dar ar de que o poder do Presidente da Assembleia Municipal é um poder ditatorial sobre os seus membros? Para nos mandar ir para a escola primária da formação política de membros de um órgão autárquico? Para nos mandar para a escola para estudar o regimento? Será que somos nós aqui nesta casa quem mais precisa de estudar o regimento e a sua aplicação? Sr. Presidente, é completamente desnecessário e despropositado que se dirija nesse tom a um membro desta Assembleia Municipal.

Tenho dito.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado, fica registado o protesto e se porventura da minha parte houve algum excesso, eu não tenho problema, como já fiz noutras ocasiões, de pedir desculpa à bancada da CDU e à pessoa em concreto.

O que eu fiz explicitar é que estava definido que a CDU iria usar da palavra, eu não tinha era discernido quem era a pessoa em concreto. Portanto, não está nem nunca esteve em causa da minha parte. Todos sabem isso, fazemos



reuniões de líderes para ouvir e para marcar as Assembleias Municipais com total transparência e abertura e, na gestão dos processos que têm a ver com o uso da palavra na Assembleia Municipal, sempre houve toda a pluralidade, inclusivamente que os tempos sejam muitas vezes excedidos, e ainda assim tolerando essas circunstâncias porque se pretende valorizar o debate. E eu peço também a cada um dos senhores deputados que tenham isso em consideração e que facilitem o trabalho da Mesa. Muito obrigado.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Muito boa noite Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento em si todos os presentes.

Eu iria também perguntar o ponto da situação sobre a questão das transmissões online, porque na altura foi dito que o contrato tinha acabado e que seria necessário fazer um novo, e portanto eu queria perceber qual é o problema burocrático/contabilístico em concreto que existe e quando é que o Sr. Presidente estima que esse problema concreto seja ultrapassado. Porque acho que a intervenção é bastante razoável, mas continuamos sem saber quando é que a situação voltará a estar normalizada e várias pessoas nos interpelam a todos: “*hoje vamos ver a Assembleia?*” E ainda hoje tive de dizer que infelizmente só poderão ver se lá forem porque as transmissões estão suspensas.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. A informação que posso prestar é que não estou em condições de me comprometer com uma data, poderia dizer que é para a semana ou para o mês que vem, mas como tive ocasião de transmitir há pouco o problema ainda não está sanado e portanto eu não tenho uma data prevista para isso.

Sendo que a informação de que disponho é que se trata de um problema de rubricas, porque a Assembleia Municipal foi informada que o cabimento devia ter sido feito numa rubrica, a Assembleia Municipal fez nessa rubrica e aparentemente nos serviços a inscrição devia ser feita noutra rubrica e só recebemos essa informação em abril e portanto estamos a tentar resolver as coisas para fazer o mais rapidamente possível que conseguirmos. É o desejo creio que de todos é o desejo que a Mesa da Assembleia Municipal interpreta como seu.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimentos todos os presentes.



Muito brevemente, só para deixar aqui duas notas de satisfação. Uma referente à inauguração da Alameda João de Deus, ou a reinauguração após alguns meses de obras, que devolveu a Faro o jardim mais antigo da cidade, com a dignidade e a versatilidade desejada. Realmente a intervenção foi bem conseguida e conseguiu-se manter as características da Alameda, com uma nova modernidade e uma nova contemporaneidade.

A segunda nota de satisfação é referente à assinatura dos dois protocolos de financiamento que foram executados exatamente nesta sala na quarta-feira, no âmbito do PRR, que vai permitir que sejam construídos setenta e um fogos para habitação de renda apoiada no nosso concelho, sobretudo na Freguesia de Faro, o que evidentemente nos deixa muito satisfeitos, até pelas dificuldades conhecidas não só no Algarve mas até no país na angariação de casa ou mesmo no arrendamento de casa.

Eram só estas duas notas. Muito obrigado.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente e na sua pessoa a restante Mesa, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, membros desta Assembleia Municipal, caro público e funcionários.

A intervenção do nosso colega Vítor Cantinho, do PPM, despertou-me uma questão que já veio a esta Assembleia Municipal e que tem a ver com uma coisa que nos dá muito prazer a todos nós, que é o desfrutar das nossas Ilhas Barreira, das nossas Ilhas da Ria Formosa, o Farol, a Culatra, os Hangares, a Deserta e os inúmeros Ilhotes que nós temos e que nos dão imenso prazer e todos nós guardamos boas memórias.

No entanto, eu penso que isto já leva mais de uma década que existe diferença de tratamento relativamente à Ilhas e refiro-me às carreiras para a Ilha do Farol e a Ilha da Culatra. Existe uma discrepância, não se podendo ficar na Ilha da Culatra depois das 15.30H porque a essa hora é o último barco. No entanto, do Farol para Faro o último barco é às 19.30H.

Sr. Presidente, faço aqui um apelo a que se harmonize estes horários e que não se faça discriminação entre a Ilha da Culatra e a Ilha do Farol e que haja aqui um olhar mais cuidado e um acerto nestes horários, porque efetivamente não existem farenses de primeira nem farenses de segunda. Muito obrigada.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentava e desejava a todos uma boa noite, ao Sr. Presidente da



Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, aos Srs. Vereadores presentes, aos Srs. deputados Municipais e a todo o público que nos assiste.

Era só para deixar uma recomendação de clarificação direcionada ao executivo do Município de Faro, em relação à faixa de rodagem central especial que temos na Avenida Calouste Gulbenkian e também que veio a surgir uma faixa de rodagem especial central na rotunda entre o IPJ e o Largo de S. Francisco que acredito que seja a Avenida Eng.º Joaquim Belchior. Era só esta nota de recomendação de clarificação.

E iria fazer também uma nota de agradecimento enquanto fareNSE, pela abertura do Jardim da Alameda. Obrigado.»

O membro da AM, António Martins (CDU) – «Boa noite, Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes.

Uma questão muito objetiva. A CDU foi surpreendida no início do mês por uma notícia da comunicação social sobre o encerramento dos chamados parques infantis. A notícia refere que dezassete parques infantis do concelho serão desmantelados, de um número total de trinta e nove que existirão neste momento.

Sabemos que Faro é uma cidade, um concelho, com uma camada jovem muito grande, há necessidade de espaços públicos para convívio, para diversão, para recreio e os parques infantis são fundamentais para isto. Tivemos dois anos em que os parques infantis foram encerrados por questões sanitárias, se estavam degradados mais se degradaram neste encerramento, a manutenção que conhecemos terá sido curta, para não dizer inexistente em muitos deles, e agora esta notícia de facto preocupa-nos. Nós consideramos que o caminho não é desmantelar parques infantis, o caminho é remodelar e reparar os que estão degradados e fazer mais parques infantis. Nós neste momento temos freguesias do concelho que não têm um único parque infantil, ou seja há aqui uma carência, não é um excesso.

Naturalmente, temos presente o investimento que foi feito no Jardim da Alameda, importante, mas também que era necessário há muitos anos e quem esteve lá ontem na abertura apercebeu-se que a população estava ansiosa pela abertura do jardim, mas de facto temos que ir mais longe, não nos podemos concentrar em um, dois, três ou quatro pontos de lazer na cidade ou no concelho, mas é necessário, sim, levar aos bairros e às várias comunidades estes espaços. Ou seja, muitos pais não têm disponibilidade



diária ou semanal para irem com os filhos ao parque infantil, nós temos que garantir é que o parque infantil está próximo das crianças, para que possa ser usufruído e as crianças tenham um desenvolvimento salutar.

Eu não acrescentava muito em relação às intervenções que já houve em relação à abertura da Alameda, apenas um apontamento, e não nenhuma tentativa de ser picuinhas, mas apercebi-me ontem que na remodelação que foi feita as casas de banho continuam a ser curtas, são casas de banho novas, é bom, mas precisávamos de casas de banho com outra dimensão, penso que continuarão a ser curtas para a dimensão do espaço e para os eventos que acontecem lá e espero que continuem a acontecer. Por outro lado, falta o muda-fraldas, é um daqueles pormenores mas que é necessário.

E perguntava também porque é que a casa do guarda ficou de fora das obras.

Em relação aos parques infantis no concelho, consideramos que é mesmo necessário haver uma reavaliação desta situação e que se garantam a recuperação daqueles que estão degradados e fechados e que se vá mais longe na construção de novos parques infantis. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito boa noite a todos. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, a Mesa, os Srs. Vereadores, membros da Assembleia, a digníssimos munícipes e colaboradores que aqui estão.

Relativamente às questões que foram colocadas, em particular do Sr. Manuel Mestre, os WC da praia estamos neste momento a contratar as pessoas para fazerem a manutenção desses mesmos WC. É uma empresa contratada para fazer em particular a parte mais ao fim do dia e os fins de semana e contratos de emprego de inserção para fazer a manutenção durante o dia.

Relativamente às motas no Parque de Campismo, o mesmo não se adequa a isso. As motas, regra geral, nos Parques de Campismo ficam junto à tenda. O nosso Parque de Campismo tem arruamentos e tem talhões e portanto isso significaria andar dentro do Parque de Campismo com as motas, nomeadamente nos arruamentos e portanto essa é a razão pela qual não devem lá andar.

Sobre o Posto de Primeiros Socorros, é um assunto que estamos a tratar, que é da responsabilidade da ARS, mas penso que a data de funcionamento dos Postos de Socorros no Algarve já está marcada.

Sobre as Piscinas Municipais, temos ali um problema grande que tem vindo a tentar ser colmatado com pequenas intervenções, mas neste momento



precisamos de fazer algumas grandes intervenções para continuar a ter o equipamento que desejamos.

Sobre o associativismo, espero no mês que vem podermos ter essa questão resolvida, mas de que já falarei mais à frente.

Sobre o que disse o Presidente de Santa Bárbara, Sérgio Martins, e sobre este processo, há oito ou quinze dias chegaram-me algumas reclamações acerca desse processo e o que posso dizer é que aquela zona a norte de Santa Bárbara é uma zona considerada área urbanizável de expansão e que vai praticamente até ao sítio da Aldeia – o Presidente conhecerá isso melhor do que eu – e que no PDM e nos instrumentos de gestão territorial diz que podem ter até três pisos acima da cota da soleira. E é isso que estamos a considerar, que é o que está lá, e por aquilo que sei desde 2005 há seis projetos destes que já foram aprovados e agora está lá esse em construção e que cumpre os regulamentos e portanto para não fazermos isso teremos que alterar aquilo que está em vigor. Portanto, será uma situação que pode ser analisada para o futuro, mas que neste momento não teremos base legal absolutamente nenhuma para baixar para dois pisos ou para um ou para outra situação que entendermos.

Relativamente à energia elétrica, penso que já referi aqui, fizemos um primeiro concurso no acordo quadro da AMAL; ninguém foi a jogo, como se costuma dizer, o concurso ficou deserto. Fizemos um segundo, do acordo quadro nacional, apenas a Endesa concorreu; esse concurso foi abaixo porque não estava em condições porque os valores que apresentava eram superiores àquilo que nós tínhamos definido.

Neste momento, estamos a estudar o processo de outra forma e foi feito um pedido para passar parte dos contadores, que parece que é possível, pelo menos descobrimos noutros municípios que isso estava a ser feito, que é cerca de metade dos nossos contadores passarem para o mercado regulado. Estamos à espera que a agência que faz isso nos responda para ver se aceita aqueles contadores que nós mandamos, que são cerca de metade daqueles que nós temos, para o mercado regulado e vamos de seguida lançar um novo concurso apenas por um ano, para ver se conseguimos resolver essa situação. E portanto se me perguntar quando é que o problema está resolvido, não tenho uma data evidente, mas certamente que gostaria que estivesse resolvido ontem.

Sobre a questão dos transportes para as Ilhas, nós podemos definir tudo e mais alguma coisa, a questão é saber se temos depois candidatos ao



concurso. Aliás, desde que passámos a ser autoridade de transportes a este nível já fizemos vários concursos, alguns deles já ficaram desertos e portanto a situação não é fácil de resolver. Nós podemos fazer um concurso em que temos horários desde as 8H00 da manhã até às 8H00 da noite de janeiro/ fevereiro até dezembro, a questão é saber se depois temos operadores disponíveis para irem a esse concurso e para fazerem essa operação. Portanto, aqui o que temos tentado fazer é conciliar as duas partes para podermos de alguma forma operar.

Sobre a questão das faixas iremos ver, embora aquela estrada tenha muito movimento e portanto não é assim tão simples.

Sobre a questão dos Parques Infantis, eu percebo essa situação. Nós, salvo erro em 2019, fizemos um investimento em Parques Infantis de duzentos e tal mil euros em remodelações. E tivemos um conjunto deles em que a empresa entregou-nos num dia o parque infantil impecável e no dia seguinte não estava lá nada. E muitos deles praticamente não existem, estes dezassete que estão aqui são aqueles que a gente vai lá e está lá o lugar. Temos uma equipa do Desporto que faz a manutenção, só que há sítios onde nós podemos fazer todos os anos um investimento de duzentos ou trezentos mil euros nesses Parques Infantis e continuamos sem ter Parques Infantis.

Portanto essa é a opção, porque é uma opção nossa, é uma opção política, é evidente que sim, mas é uma opção tomada neste quadro em que o resultado final não é satisfatório, antes pelo contrário porque põe em causa até a segurança das próprias crianças.

Uma última nota sobre a casa do jardineiro da Alameda: tendo em conta que é uma recuperação de edificado, ela não foi colocada no projeto de requalificação da Alameda e portanto não fazia parte deste projeto. No entanto, temos o projeto praticamente concluído e queremos, logo que possível, proceder a essa mesma requalificação que tem a ver com pintura, tem a ver com janela, tem a ver com o telhado e tem a ver também com o interior que apresenta alguns índices de degradação. Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – Defesa da honra – «Obrigado Sr. Presidente, na sua pessoa saúdo a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, as Sr^{as}. Vereadoras, os Srs. Vereadores, os Deputados Municipais e o Exm.º público.

Eu não vou aqui entrar em debate. Nós estamos aqui numa sala em que o debate é importante, há democracia e há diferentes opiniões. Em relação



àquilo que o Sr. António Figueiredo disse, como deputado municipal merece todo o meu respeito, o próprio Partido Chega tem todo o meu respeito, é um Partido eleito, tem uma representação na Assembleia da República, portanto como democrata aceito e respeito. Mas isto não impede que eu exponha a minha linha de raciocínio e volto a repetir aquilo que disse já duas vezes nas moções que o Chega apresentou. O Chega terá que se explicar, mais tarde ou mais cedo, o que o distingue de um Partido que alimenta os discursos xenófobos, defende o fim dos serviços públicos na saúde, na educação, a suspensão da lei da paridade e a revogação da lei do género da igualdade etc, etc... Foi isto que disse e repito e é isto que eu defendo. Não ofendo nem pretendo ofender o Sr. Deputado António Figueiredo, nem pretendo ofender qualquer militante do Chega.

Tenho dito. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado, está feito o esclarecimento.

Passemos então de imediato ao Período da Ordem do Dia. Ponto n.º 01 respeita à aprovação da ata n.º 09 de 31/03/2022.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente, era apenas para notar o agrado com que li esta ata. Considero que esta ata é fruto de um excelente trabalho dos trabalhadores do município de Faro que apoiam esta Assembleia Municipal. E aquilo que eu queria relevar aqui é que considero de grande qualidade o trabalho que está na construção desta ata. Obrigado, Sr. Presidente.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Como o Sr. deputado António Mendonça disse e bem, esta ata é fruto do labor dos serviços e eu desse modo gostava também de me associar a esse reconhecimento do mérito e transmitir aos serviços o nosso obrigado pelo trabalho, pelo empenho e pela qualidade e competência demonstrada.

Não havendo mais inscrições a respeito desta matéria, passaremos então à deliberação a propósito da **ata n.º 09 datada de 31/03/2022.**»

VOTAÇÃO

Votos Contra – 00

Abstenções – 03 (01CDU; 02PS)

Votos a favor – 28(10PSD;08PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;01BE;02CDU)



O membro da AM, António Martins (CDU) – Declaração de Voto – «É só para referir que a minha abstenção está relacionada com o não ter participado na reunião.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Eu creio que a Assembleia interpretou bem e portanto fica esta declaração de voto oral, se assim eu a posso considerar, em relação ao ponto que acabou de ser aprovado.»

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 02

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 169/2022/CM - Contrato-programa entre o Município de Faro e o Centro de Ciência Viva do Algarve.

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente.

O Centro de Ciência Viva do Algarve Dr. José Mariano Gago, o edifício como sabem é nosso e tem um estatuto próprio onde participam como sócios fundadores o Município, a Universidade do Algarve, a Câmara Municipal de Albufeira, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Rolear. Penso que, se não me esqueci de nenhum, estes são os sócios fundadores, e hoje tem mais alguns.

Os estatutos dizem que a manutenção do próprio edifício ficará a cargo do Centro de Ciência Viva. Entretanto, a legislação alterou-se e neste momento para podermos financiar o Centro de Ciência Viva temos que fazer um contrato-programa e esse contrato-programa é aprovado em Assembleia Municipal, daí que esta proposta aqui venha.

Entretanto, a Fundação para a Ciência e Tecnologia sempre financiou o Centro; pela primeira vez deixou de financiar e portanto não há financiamento direto. O ano passado foi de trinta e cinco mil euros e há uns anos atrás chegou a duzentos e muitos mil euros, quase trezentos mil. Neste momento deixou de financiar e portanto nós vamos fazer um contrato-programa com o Centro de Ciência Viva, em que passamos de sessenta e cinco mil euros, que era aquilo que há muitos anos viemos financiando, para setenta e cinco mil, de forma a tapar alguns buracos deste não financiamento da Fundação da Ciência e Tecnologia.



Portanto, o que se pretende é aprovar a celebração deste contrato-programa com o Centro de Ciência Viva, no valor de setenta e cinco mil euros. Muito Obrigado.»

O membro da AM, João Espanhol (PS) – «Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento na sua pessoa, todos os presentes, o Sr. Presidente da Câmara, digníssimos Vereadores, colegas deputados e respeitável público que aqui nos honra com a sua presença.

É para todos nós evidente a necessidade de investimento na dinamização e promoção da Ciência junto da comunidade farenses e em particular dos mais jovens.

Estas iniciativas têm uma importância incalculável no estímulo e na descoberta das crianças e jovens para a ciência e para o aprofundamento do conhecimento científico, de uma forma informal e até divertida, como nos tem habituado a Rede de Centros de Ciência Viva, promovida pelo então Ministro da Ciência e do Ensino Superior, José Mariano Gago. Foi pela sua mão que a nossa região esteve na génese da promoção de atividades científicas, descomplicadas e para todas as idades.

Desde logo, afirmamo-nos como defensores destas iniciativas, por isso a bancada do Partido Socialista irá acompanhar favoravelmente esta proposta.

Não obstante, aproveitamos a referência do Sr. Presidente da Câmara, para perceber como ficou a situação da nomeação do próprio edifício, visto que não existe nenhuma denominação visível da parte de fora e que possa ficar assinalado para que todos saibam e gostaríamos de saber qual é o ponto de situação. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, ao público aqui presente, a todos, boa noite.

O Centro de Ciência Viva é um equipamento que marca já gerações. Sou, enquanto pai, farenses, testemunha disso, o meu filho cresceu frequentando o Centro de Ciência Viva, e em pequeno era talvez um dos mais acérrimos frequentador, visita assídua e inclusivamente conhecido pelos funcionários pelo número de vezes que lá ia. Portanto, saúdo a manutenção da relação entre a Câmara Municipal de Faro e este equipamento, que é um equipamento que se reinventa, que permanece e que é um lugar de saber e de inovação.



É um imperativo, por parte o município e do executivo, continuar a apoiar a divulgação da ciência, da tecnologia e do saber, e este equipamento precisa de continuar a reinventar-se. Os desafios hoje são precisamente os de como levar o conhecimento ou estimular ainda mais o conhecimento e o gosto pelo conhecimento às novas gerações e, portanto, o apoio por parte do município é fundamental.

A ser verdade aquilo que o Sr. Presidente aqui nos transmite, é desagradável perceber que a Fundação para a Ciência e Tecnologia está a desinvestir neste equipamento e portanto aqui fica também esse nosso sublinhado e sobretudo com um apoio inequívoco a esta proposta. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Só dar duas notas.

Relativamente à denominação, na última Assembleia Geral ela foi aprovada, com o voto contra da Fundação para a Ciência e Tecnologia, que é uma coisa estranha mas é factual isto que eu estou a dizer. Também é factual e é verdade que a Fundação para a Ciência e Tecnologia deixou de financiar todos os Centros do país, não foi só o nosso, foram todos! E portanto há aqui um desinvestimento que ninguém percebe porquê, mas certamente a Fundação e o Governo saberão.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Sr. Presidente, muito obrigado.

Claro que o grupo parlamentar do CDS vai acompanhar esta proposta, mas para fazer mais uma nota de que o Centro de Ciência Viva de Faro não se chama Centro de Ciência Viva de Faro, mas chama-se Centro de Ciência Viva do Algarve e está sediada em Faro, mais uma marca “Faro” que não se está a lembrar. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Peço desculpa porque acabei por não responder sobre a situação.

Como disse, na última Assembleia Geral foi aprovado com o voto contra da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Como a denominação está nos Estatutos é preciso alterar ainda essa denominação nos estatutos e depois é que fica efetivo, por isso é que ainda não estão.»

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00



Abstenções – 00

Votos a favor – 31

Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por unanimidade.

Texto da deliberação:

“Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 169/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao Contrato-programa entre o Município de Faro e o Centro de Ciência Viva do Algarve, conforme apresentado no ofício n.º 4359, de 13/05/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31
Contra											00
Abstenções											00

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 169/2022/CM.”

Passou-se ao:

PONTO N.º 03

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 208/2022/CM – Consolidação de Contas de 2021.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Consolidação de Contas faz-se com as contas do Município, da Fagar e da Ambifaro. Nessa consolidação, o ativo penso que aumentou ligeiramente, acho que era cento e noventa e seis milhões e está em cento e noventa e sete, aliás, os valores são muito idênticos. O património líquido, cento e cinquenta e dois milhões; capital próprio, cento e dezassete. O passivo, quarenta e cinco, sensivelmente também igual ao ano passado (cinco mil euros a menos se não estou em erro), e o resultado líquido um milhão e meio da consolidação do universo do município.

Portanto, o que se pretende é a aprovação desta Consolidação. Muito obrigado.»



O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite, cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes.

Neste documento, nós pretendemos realçar a questão do Sistema de Normalização Contabilística, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, o SNCAP. E este decreto e esta norma permite o controlo financeiro da legalidade da economia, da eficiência e eficácia dos gastos públicos. É também referido que proporcione informação útil para a tomada de decisão de gestão. Nestes termos, a implementação de um sistema de controlo financeiro, com esta norma e este rigor, é suposto fazer a diferença.

O documento está muito bem elaborado e a pergunta é: por que razão é que não se usou este rigor financeiro, ao qual há dois anos a Câmara está obrigada a cumprir, para que se planeasse melhor a situação financeira que vivemos agora?

Muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro.

Um dos pedidos tem a ver com um assunto que já se arrasta há muitos anos e que parece que não tem tido, nem vai ter, evolução. Mas porque representa uma participação social numa empresa, com um valor significativo, se o Sr. Presidente estaria em condições de nos dizer mais alguma coisa; trata-se da Fareense Futebol SAD, na qual o Município de Faro tem mais de quatrocentos mil euros de participação social, e que se arrasta já há muitos anos sempre na mesma situação, está em insolvência e não anda nem para trás, nem para a frente. O Sporting Clube Fareense já dispõe e está operacional uma outra sociedade anónima desportiva, isto ficou para trás, encalhado, nunca mais foi desencalhado e daqui a pouco há uma década. Não tem solução? É para continuar assim indefinidamente?

Outra questão tem a ver com as contas da Ambifaro, com uma previsão de resultados e com um resultado completamente diferente. O resultado líquido depois dos impostos é positivo, na ordem talvez dos trinta mil euros ou quinze mil euros, mas entretanto havia uma previsão orçamental de um resultado na ordem dos seiscentos mil euros. O que é que não se verificou que fez com que a previsão orçamental ficasse realizada com um valor positivo mas tão baixo?



Isto chamou-nos a atenção porque para quem acompanha a construção dos Planos de Atividade e dos Orçamentos do Município de Faro sob a atual maioria e a execução desses instrumentos previsionais, aquilo que as contas nos apresentam, de um modo geral, corresponde a uma continuidade. Do ponto de vista dos resultados financeiros até poderemos considerar mais positiva do que negativa, embora se possa fazer outras considerações sobre as políticas que presidiram à utilização de recursos e os resultados das próprias atividades desenvolvidas e recursos que foram afetos a essas atividades, mas não há nada que de um ano para o outro seja surpresa significativa.

Agora, relativamente a estas duas coisas, nós achamos que se possível elas mereceriam algum esclarecimento. Obrigado Sr. Presidente.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Querida fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, e depois de ouvir o Sr. Presidente queria fazer uma intervenção de fundo. Mas é muito rápida a perguntas que eu quero colocar.

Não vou aqui discutir a gestão da Fagar, nem da Ambifaro, agora o que me surpreendeu (talvez por desconhecimento e não consegui ver na documentação) foi as remunerações dos órgãos sociais e de gestão da Fagar: gastaram no ano passado à volta de noventa mil euros. Só quero saber quantos gestores estão na Fagar para suportar noventa mil quinhentos e noventa e dois euros. Não sei se são três, se são quatro, mas esta é uma das perguntas de fundo que eu queria fazer em relação à Fagar, que é uma discussão que mais tarde ou mais cedo a gente poderá fazer porque não é o momento agora para o fazer.

Então, a minha intervenção é a seguinte: temos aqui um documento que tem uma componente técnica e uma componente política. Vamos apreciar a Consolidação de Contas de 2021, com um fim de ciclo de doze anos de poder desta maioria.

A nossa posição sobre o documento em discussão merece duas vertentes de análise de opinião técnica e política. Ao contrário do que será esperado, na introdução do documento nada é dito. Ao longo do ano 2021 apercebemo-nos da trajetória de evolução dos investimentos e estratégias do executivo, pelo que ao nível do cumprimento da execução orçamental, GOP's ou PPI's também não são de espantar.



De um lado, do ponto de vista técnico, consideramos que a equipa que o preparou fê-lo com cuidado e zelo pelo seu trabalho, elaborando um trabalho que dignifica o município e os seus funcionários.

A nossa posição sobre o documento em discussão merece duas vertentes de análise, como eu disse há pouco.

Colaboradores em geral, onde não se vislumbra qualquer apontamento de crítica materialmente relevante para não se considerar estas contas confiáveis. Sendo esta também a opinião resultante a auditoria e do ROC.

Contudo, do lado do ponto de vista de análise política, os documentos apontam precisamente para o que temos referido nos últimos anos, nomeadamente para a elevada dificuldade que o executivo teve em implementar o orçamento proposto para 2021 e que teve, à posteriori, na 1.^a Revisão para a incorporação do saldo de gerência de 2020, onze milhões quatrocentos e sessenta e seis mil euros, mais um milhão trezentos e dez mil euros, os quais com a anulação de quinhentos e trinta e dois euros da taxa turística.

O Relatório de Gestão, na Consolidação de Contas, tem como pressuposto dar conhecimento profundamente do que de mais relevante se passou na Câmara, empresas do período de análise, dos objetivos e as limitações futuras. Daí, caber aos órgãos de gestão a responsabilidade do que está escrito e descrito.

Só uma mensagem ao Sr. Presidente: deparamo-nos com um texto pobre em conteúdo, onde mais não se trata de uma mensagem meramente descritiva das normas da contabilidade pública (o SNC-AP) dos números remetentes para uma mera constatação aritmética, misturando nesta descrição os números, objeções gloriosas, com destaque para as habituais menções, como rigor e ambição dos doze anos de poder.

Nada é dito sobre o objetivo do futuro para o município. O Sr. Presidente apenas refere de forma abstrata que as contas permitem ao executivo prosseguir com um ambicioso conjunto de investimentos que tem em curso. Só falta referir que vamos ter que esperar, pelo menos, de 2022 a 2025, pois em 2021 pouco se viram.

Questionando-se a lista de investimentos e o motivo para este adiamento, fazemos esta pergunta: se as contas estão equilibradas desde que este executivo tomou posse, de facto o Sr. Presidente só nos está a dar razão, quando sucessivamente temos referido que o município goza de boa saúde



económica e financeira, com o aumento significativo dos impostos pagos pelos farenses, mas acompanhado com um aumento preocupante do passivo. Nesse sentido, não é por este facto que se impeça a concretização de investimentos estratégicos.

O voto do Partido Socialista não põe em causa a aprovação ou não das contas. Sempre temos criticado a ausência de propostas estruturantes em Faro, passado doze anos do poder autárquico do PSD em Faro.

Talvez por omissão, já não fala da intervenção e a requalificação da Frente Ribeirinha e na gestão da zona industrial do Bom João ou no Cais Comercial.

Continuamos a verificar uma gestão inconsequente em ideias e práticas, tudo se traduz num monte de nada ao apresentar projetos que depois levam anos em cima da mesa e não se realizam.

Aguardamos a apresentação de um relatório do trabalho desenvolvido sobre a candidatura de Faro a Capital da Cultura, lamentamos esta perda e a cidade ficou mais pobre.

A ausência de política para a fixação de novas empresas, com a criação de um Parque Industrial de Feiras e Exposições. A ausência de uma estratégia integrada de reabilitação urbana da Baixa de Faro ao Centro Histórico. A ausência de uma estratégia para a criação de novas zonas verdes e dos orçamentos participativos mais ativos e divulgados.

Para quando a promessa, adiada, de Marina?

Para quando o anunciado quilómetro da cultura cujo potencial continua uma vez anunciado ausente das GOP's?

E a nova Ponte da Praia de Faro, é uma miragem ou vai ser uma realidade?

Sr. Presidente, o que se passa com a Revisão do PDM? Estamos preocupados com o silêncio da autarquia.

Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia Municipal, esta Consolidação de Contas desta maioria é o fim de um ciclo virtuoso de aumento de receitas e de impostos nunca vistos.

Vamos estar atentos aos novos desafios da guerra da Ucrânia, à nossa economia, aos portugueses e aos farenses.

Resumindo: avaliados os pontos fortes e fracos, não existem razões para rejeitar liminarmente, mas ficam muitas reservas em relação a algumas escolhas e decisões que não acompanhamos.



Aceitamos a nossa abstenção na resolução de algumas questões para nós essenciais para o concelho. Mantemos a reserva, salientando, na expectativa, a inversão da forma de fazer política até ao fim deste mandato. Tenho dito.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Membros do Executivo, estimado público, boa noite.

Em regra, e infelizmente, os órgãos colegiais e Assembleia quando são confrontados com documentos de prestação de contas, normalmente prestam muito pouca atenção relativamente ao seu conteúdo e muito menos atenção do que aquela que é dispensada àquilo que são as propostas de Orçamentos ou de Grandes Opções.

Obviamente que nos documentos de Orçamento e de Grandes Opções do Plano se deve discutir, debater, propor, contrapor e tentar fazer passar, tanto quanto possível, posições que corporizem os projetos com que cada força política se apresenta aos eleitores. E daí que também eu defenda que, ainda que existam maiorias, os documentos de Orçamentos devem alargar a sua base de apoio e devem acolher propostas das oposições para que sejam o mais consensuais possível, ou pelo menos acolham propostas razoáveis que façam sentido e que venham em favor das populações, e portanto defendo que assim seja.

Pelo contrário, os documentos de Prestação de Contas são documentos onde nós vamos ver se aquilo que foi proposto foi feito. É isto que tem que ser feito num documento de Prestação de Contas. Portanto, se votar um Orçamento é concordar ou discordar das opções políticas que lá estão enunciadas e que estão corporizadas e pelo menos valorizadas, votar um documento de Prestação de Contas não significa concordar ou discordar das opções que foram feitas, significa reconhecer ou não se aquilo que está relatado está correto relativamente àquilo que foi feito. E portanto é este o exercício que deve ser feito por parte de quem vota e tem à sua frente documentos de Prestação de Contas. O documento reflete aquilo que foi feito? Está correto do ponto de vista legal, normativo? Corporiza efetivamente toda a informação materialmente relevante? Sim ou não? Fora disto, não há mais discussão a fazer. Agora, normalmente os órgãos colegiais até deste trabalho se demitem, de fazer este escrutínio daquilo que foi feito.

Não arrastando muito o discurso para outros campeonatos, mas é frequente olharmos a que ninguém presta atenção ao documento da execução orçamental do Orçamento de Estado do país, onde normalmente nós vemos uma execução muito abaixo daquilo que está orçamentado em muitas



rubricas e nunca ninguém discute. Portanto, leva-se até à última exaustão debater o inscrever verbas no lado da despesa que depois ninguém se encarrega de ir verificar se ela foi efetivamente executada ou não.

E neste caso do documento que nos é presente, a maior parte da informação nós já a tínhamos discutido aquando da aprovação das Contas do município e, ao contrário daquilo que já aqui foi dito, eu acho que este documento é, ao invés, um documento profuso, transparente, completo, exaustivo, aliás um excelente exercício de Prestação de Contas à população. Quem se deu ao trabalho de o ler, encontra informação sobre todas as áreas, com detalhe, recursos humanos, aquisições, parte de imóveis, onde foi gasto o dinheiro e onde foi executado.

Eu julgo que este documento é, em si mesmo, um documento que orgulha a quem o elaborou e seguramente deixa, a quem tenha a paciência de o ler, informação sobeja.

Portanto, como digo, aprovar não significa concordar com aquilo que o Executivo executou. Aprovar este documento significa se reconhecemos nele verdade material daquilo que foi feito ou não e naquilo que está relatado. E a melhor forma de nós termos segurança sobre uma votação é ser exigente com quem é pago por nós para fiscalizar a elaboração deste tipo de documentos, que é o Revisor Oficial de Contas. Portanto, temos que ser exigentes na escolha, temos que ser exigentes no acompanhamento do trabalho, porque essa é a pessoa que, de forma isenta, nos deve garantir a nós que temos agora o encargo de votar, elementos suficientes para emitir uma opinião.

Portanto, também neste caso, o relatório que é apresentado pelo Revisor Oficial de Contas é, uma vez mais, e isso não é coisa pouca, um documento que não tem reservas nem ênfases. Isto, para quem tenha contacto com este tipo de relatórios com alguma frequência, de entidades com dimensão semelhante ou inferior à de um município como o de Faro, é de facto positivo, é agradável, é bom encontrar um relatório que não aponte nem reservas nem ênfases uma vez mais, e que de facto nos diga que a materialidade dos factos está de acordo com aquilo que está relatado, tanto do ponto de vista do Relatório, como do ponto de vista da Prestação de Contas.

Em resumo, os cumprimentos da bancada do Partido Social Democrata a quem presta contas, a quem elaborou os relatórios, aos funcionários que prepararam a prestação de Contas, e penso que estamos todos de parabéns



relativamente a este exercício, que consideramos um exercício transparente e completo de Prestação de Contas. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre o que a Sr.^a deputada Beatriz Calafate referiu, eu acho que não percebi bem, porque a pergunta que me dirigiu, acho eu, é que nós estamos a aplicar o SNC-AP há já dois/três anos, salvo erro, que é um instrumento que permite ir acompanhando a situação, mas depois faz aqui uma pergunta que eu pura e simplesmente não percebo: por que razão não se usou o rigor deste instrumento, que é o SNC-AP, para planear melhor a situação atual?

Eu não vejo que o SNC-AP nos desse indicação que a gente ia ter uma guerra e as consequências dessa guerra! Penso que é isto e portanto não consegui descortinar essa situação.

Sobre o que o deputado António Mendonça referiu, da SAD 1 do Farense, tenho-lhe a comunicar que não tenho conhecimento nenhum sobre isso. Aparece aqui sucessivamente isso, já tenho perguntado aos serviços, não temos grande informação sobre essa matéria e eu lamento dizer, é falha minha mas é algo que se passou antes de eu cá estar e até à data nunca me debrucei a fundo para perceber realmente o que é que aqui está.

Sobre as contas da Ambifaro, o resultado penso que será à volta de quinhentos mil, não sei onde é que viu esses seiscentos mil, mas regra geral nas contas do primeiro, do segundo e do terceiro trimestre, em particular as do primeiro e as do terceiro, quando a gente faz previsões e tem em conta os resultados, eles dão sempre negativos. Porquê? Porque a empresa tem um conjunto de obrigações, nomeadamente financeiras, e só à medida que as receitas vão entrando... E temos aqui dois tipos de receitas neste momento, que têm alguma expressão e que de alguma forma dão sustentabilidade à empresa. As receitas diárias da atividade do Mercado, como sabe, não chegam. As receitas que dão sustentabilidade à empresa são duas: uma é os parquímetros e foi por isso que nós colocámos lá os parquímetros, para poder resolver o problema da Ambifaro; e a outra tem a ver com a Feira de Faro, que também dá lucro e que serve para de alguma forma dar também alguma sustentabilidade à empresa. Daí que os resultados positivos, regra geral, não aparecem nem no primeiro, nem no segundo, nem no terceiro, aparecem apenas no quarto trimestre. Isto é assim há muitos anos e tem a ver com a estrutura de receita e de despesa da própria empresa.



Sobre o que o deputado Carlos Alberto referiu, a primeira pergunta é muito própria do Sr. deputado, eu até já estava admirado, aliás penso que neste mandado ainda não a tinha feito. Mas há dois elementos nos Órgãos Sociais da Fagar que têm vencimento: é o Presidente, é o Vice-Presidente, que é do parceiro privado, e depois a Vereadora Teresa Santos que faz o terceiro elemento do Conselho de Administração, e faz por inerência, portanto não recebe nada, como sabe. E se for ver às contas, ambos recebem o equivalente a um vereador, que é o que diz a Lei.

Já agora, dizer-lhe que no caso dos Serviços Municipalizados do Teatro são três vereadores e não ganham nada por isso. Por acaso, saiu uma Lei há dois meses que permite colocar lá pessoas remuneradas, mas a minha opção foi não o fazer. E no caso da Ambifaro tem uma pessoa remunerada que é o Presidente e os outros dois são vereadores que não recebem nada.

Isto de ser um ou dois, só para ficar a saber, porque eu penso que não sabia, tem a ver com o volume de negócios da empresa. A Fagar permite ter dois, no caso da Ambifaro permite só um.

Já agora, dar aqui algumas notas também. O documento que tem aí é um documento histórico. É o Relatório de Contas, neste caso das Contas Consolidadas do ano 2020, não é um Orçamento. Num Orçamento, e a palavra Orçamento significa isso, é perspetivar, neste caso para um ano ou no caso do município para cinco anos. Neste caso é um Relatório de Contas e portanto aquilo só espelha o que a gente fez, não tem que dizer aquilo que vai fazer e portanto é isso que lá está.

Fico muito satisfeito por não haver razões para votar contra, mas é da vida e portanto não tem outras questões daquilo que se passou no ano 2021.

Gostava de realçar, já agora, o facto de o ROC há alguns anos que não tem ênfases nem reservas nas Contas Consolidadas, nem nas Contas do município. Se recuarem um bocadinho, chegamos a ter várias páginas com isso e neste momento não temos. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Não registando mais inscrições vamos proceder à votação da proposta 208/2022/CM – Consolidação de Contas de 2021.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 13 (10PS;03CDU)



Votos a favor – 18 (10PSD;02CDS;01MPT;01IL;01CH;01PPM;01BE;01PAN)
Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.

Texto da deliberação:

“Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 208/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante à, Consolidação de Contas de 2021, que são constituídos pela Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Contas Consolidado, conforme apresentado no ofício n.º 5371, de 14/06/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01			01	01	18
Contra											00
Abstenções							10	03			13

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 208/2022/CM.”

Passou-se então ao:

PONTO N.º 04

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 221/2022/CM respeitante à Construção de 49 Fogos na Rua Soldado Ferrer no Montenegro; Construção de 22 Fogos na Rua Ludovico Menezes.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tivemos a assinatura, quarta-feira, de dois contratos de financiamento com a IHRU, onde esteve cá a senhora Secretária de Estado da Habitação a homologar esses mesmos contratos, os quais rondam um financiamento de cerca de 7.8 milhões de euros, em que 2.3 milhões de euros se destinam à construção de 22 Fogos na Rua Ludovico Menezes e quase 5.5 milhões de euros para a construção de 49 Fogos no Montenegro.

Este financiamento foi agora conseguido através do PRR; foram assinados os contratos com a IHRU; quando nós fizemos o Orçamento para este ano, colocamos em GOP's este valor, mas neste momento, tendo em conta o tempo que passou, os valores de execução que estavam previstos, 22, 23 e 24, já não serão os mesmos e daí que seja necessário aprovar em Assembleia Municipal a repartição de encargos destes dois empreendimentos. Tanto num como no outro, cinco mil euros, este ano provavelmente não terá esta



execução, vamos lançar dentro de uma ou duas semanas os concursos para a execução destes dois prédios, mas temos que ter aqui algum valor para poder cabimentar, e depois a perspetiva é ter em 23 e 24, estes valores que foram calculados. Não era isto que estava em orçamento porque estávamos a contar que ainda pudesse haver despesa este ano, mas lançando agora o concurso, provavelmente não.

No caso dos 49 fogos, a projeção é que em 23 tenhamos um gasto de cerca de 2.2 milhões de euros e em 24, 3.3 milhões de euros, que é o restante valor. Portanto, o que se pretende é que a Assembleia aprove esta repartição de encargos, não é a despesa é a repartição de encargos. Muito obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Saudar aqui estes passos, mais uns passos que são dados no avanço da habitação acessível no nosso Concelho e, no entanto, registar, não neste ponto em específico, mas no que se tem vindo a debater e até na própria estratégia do município, a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe continua de fora de qualquer plano para a construção de habitação acessível.

Há quase vinte anos que participo nas sessões da Assembleia Municipal de Faro representando a Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe e há quase vinte anos que lanço este alerta. Décadas após décadas, os jovens naturais da Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, que querem continuar a viver na sua terra, que trabalham no concelho de Faro e necessitam de sair de casa dos seus pais, formar família e ter casa própria, continuam a ir viver essencialmente para Olhão e São Brás de Alportel.

Há quem diga que isto é um mercado livre, é a lei da oferta e da procura, e os naturais estão condenados a ir procurar habitação onde ela seja mais barata. Na minha opinião, estamos perante uma distorção a vários níveis e é uma necessidade premente, são gerações e gerações de farenses que são farenses, querem continuar a ser farenses e têm de ir residir para concelhos limítrofes.

Deixo aqui mais uma vez este alerta, a minha passagem por esta Assembleia está a chegar ao fim, pode ser que se prepare ainda alguma coisa a tempo de dar alguma resposta às futuras gerações. Obrigado.»

O membro da AM, Elza Cunha (PAN) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.



O PAN congratula-se por esta iniciativa de construção de habitação a custo acessível. No entanto, queremos dar nota de que, na nossa opinião, a melhor estratégia passa pela aquisição de fogos já existentes e não ocupados, no espaço de cidade ou rural, e pelo arrendamento a custo controlado a famílias que possam ter realmente maior necessidade de habitação. Muito obrigada.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa.

Dizer que o Partido Socialista fica bastante satisfeito com a vinda desta proposta aqui, que é o arrancar novamente de uma resposta ao problema da habitação no concelho de Faro, que é um dos temas que mais famílias colocam em sacrifício e em situações difíceis no nosso quotidiano presente. E importa lembrar que há mais de dez anos que não havia investimento municipal nesta matéria.

Felizmente, em boa hora o Governo do Partido Socialista, através da Estratégia Nacional para Habitação e do Programa Específico do 1.º Direito, permitiu que os municípios procedessem a estas candidaturas, desde que inscritas na Estratégia Local de Habitação de Faro.

Eu queria colocar três perguntas muito concretas ao Sr. Presidente, a propósito desta proposta da Estratégia Local de Habitação de Faro.

Em primeiro lugar, saber se, com os cinco mil euros previstos executar em ambas as obras este ano, estaremos a tempo de concluir a obra no que diz respeito aos *timings* previstos no 1.º Direito; se com todos estes atrasos que já todos sabemos que estão a acontecer na área da construção, se não corremos o risco de as obras se atrasarem.

Em segundo lugar, queria saber das outras centenas de agregados familiares identificados na Estratégia Local de Habitação, o que é que está a ser feito, que outras candidaturas tem o município a correr nesse domínio, ou o que pensa vir a fazer ainda neste ano de 2022 para aproveitar, não só o Plano de Recuperação e Resiliência para investir em termos de habitação, mas que outros instrumentos, que outras ideias tem para dar resposta a este que, como disse há pouco, é um dos principais problemas no nosso concelho.

E por último Sr. Presidente, e relacionado com a pergunta anterior, o que é que está a ser feito para acabarmos com as barracas da Horta da Areia, que é um tema que em todas as eleições é falado, em todos os discursos de tomada de posse é falado, mas há muitos, muitos anos que nada é feito por aquelas famílias e por valorizarmos aquele território que devia ser de todos.



Portanto, Sr. Presidente, estas são as três perguntas em concreto que o Partido Socialista queria colocar, para além de dizer que iremos votar a favor desta proposta do executivo.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, Srs. membros do Executivo, estimado público.

Esta reprogramação que nos é presente para discussão e votação, apenas e só, vem de encontro a dar-nos a confirmação de uma boa notícia em curso. Ou seja, que estamos de facto a trabalhar com elementos concretos para termos mais habitação acessível no concelho. Aliás, já foi profusamente aqui relatado esse facto e eu acho que isso é, na verdade, uma boa notícia. Aquilo que aqui está é algo que não oferece qualquer tipo de reserva ou questão, portanto a reprogramação é apenas para adequarmos as datas e os valores às datas previsíveis de execução e, portanto, naturalmente que não temos qualquer reparo ou pergunta a fazer associada, a não ser partilhar, e aí sim faz sentido, a preocupação de que se consiga executar o investimento a tempo de fazer com que o município seja recebedor dos valores que tem candidatados e programados em subsídio. Portanto, é conveniente não perder isso de vista, porque estamos perante uma mutação importante naquilo que são todas as operações que envolvem logística e fornecimento de materiais, e naturalmente que isso deve oferecer a máxima atenção para que as datas possam ser cumpridas e que se possa estar atento aos sinais que eventualmente quem vier a executar estas obras apresente na execução e na fase de construção, porque de facto estamos cada vez mais confrontados com aumentos substanciais dos valores, com uma inflação galopante, e não só, também com escassez de alguns materiais, o que independentemente do seu custo a escassez torna em muitos momentos inviável levar as construções até ao fim. Portanto, um sinal de alerta por parte desta Assembleia ao Município para que fique atento ao evoluir das obras, penso que é positivo que o façamos e que o deixemos aqui expresso.

Por fim, associar-me aos votos que já aqui foram feitos de satisfação e congratulação pelo facto de os contratos estarem assinados e, portanto, cumprimentar o Executivo e a Administração Central por estarmos no bom caminho. Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite, mais uma vez.



Importa relembrar que o caminho para a construção de uma sociedade inclusiva é feita de uma intervenção em variadas frentes e deitando a mão a recursos muito variados.

As políticas públicas têm aqui o pilar fundamental, pelo lugar prioritário que dão a estas intervenções, quer ainda pelo facto de o fazerem a coberto dos princípios dos direitos básicos como é o direito à habitação.

A Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei 83/2019, veio estabelecer as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas fundamentais do Estado na efetiva garantia desses direitos, consignados na Constituição da República.

O processo seguiu para o Decreto-Lei 89/2021, onde se regulamentou as normas da Lei da Bases da Habitação, relativas à garantia de alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de habitabilidade.

Para o Partido Socialista a habitação é um direito Constitucional e o ponto base para outros direitos, como o emprego, a educação ou a saúde. Sem este vetor não existe dignidade.

Este esforço que o Partido Socialista tem feito não tem precedentes na nossa história. Refira-se que no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o Partido Socialista prevê investir cerca de 1.6 mil milhões em habitação, dos quais 1.25 mil milhões são destinados ao Programa Primeiro Direito, destacando o objetivo de apoiar vinte e seis mil famílias, até 2026. Muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente em exercício, nós vamos votar favoravelmente esta proposta. Mas com a consciência plena de que a festa não pode ser grande. A festa tem que ser mesmo muito pequenina para uma necessidade tão grande.

Nós estamos perante a construção de setenta e um fogos, que provavelmente vão ser destinados a filhos da classe média ou da classe média baixa, e que só estarão prontos se tudo correr bem em 2024/2025. Para as necessidades existentes, particularmente para as famílias de mais baixos rendimentos, isto é muito pouco ou praticamente nada.

Eu lembro-me, quando fui vereador da Câmara Municipal de Faro há cerca de vinte ou mais anos, a questão política que se colocava era a necessidade de dar toda a força ao mercado, à procura/oferta, a que o Estado não protegesse a produção de fogos para as famílias mais necessitadas e mais carenciadas. A iniciativa privada iria resolver tudo! A intervenção do Estado



foi abaixo; a intervenção do cooperativismo foi abaixo; a intervenção dos municípios foi abaixo; a intervenção dos sucessivos governos foi abaixo; e nós todos, aqueles que têm mais fracos recursos, estamos a ir abaixo. Porquê?

Para as enormes carências habitacionais que existem no nosso concelho, que de uma ou de outra maneira todos apontam, o que é que o Município de Faro tem? Apenas algumas habitações, daquilo a que nós chamávamos habitações de natureza social municipais, que vão vagando, a maior parte deles é por morte de quem as ocupa, que são uma gota de água no oceano das necessidades.

O que é que nós temos mais? Temos a bravata de grandes discursatas em torno disto que aqui está! Se tudo correr bem, 2024/2025, vamos ter setenta e um fogos. É caso para nós dizermos, mais vale isto, que nada! Porque durante estes anos todos, nós temos estado confrontados com nada.

De quem é a culpa? É evidente que a culpa não é de ninguém, a não ser das pessoas que desgraçadamente não conseguem fazer-se ricas. Porque hoje em dia, arrendar ou comprar habitação em Faro é um problema para quem tenha estatuto de rico. Tenho dito.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite.

Já agora, tocando neste assunto, aquando da construção dos Fogos do Montenegro que vão alojar os pescadores da Praia de Faro, e alguns que não são pescadores mas que têm lá a sua habitação, que sejam feitas diligências para que aqueles que ainda têm a cédula marítima ativa e que efetivamente há umas quantas famílias que exercem a profissão de pescador, se forem realojados no Montenegro que tenham uma forma de ficar com as suas embarcações perto. Ou seja, no sítio onde os prédios vão ser construídos, na zona do aeroporto e na zona onde a Universidade tem lá um edifício, há uma forma de ser construído um pontão que possa albergar os barcos dos pescadores, que também não são assim tantos.

Portanto fica aqui um alerta que é fundamental salvaguardar a continuação da atividade piscatória e dando às pessoas meios de continuarem a referida atividade. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Finalmente, ao fim de cerca de uma década (ainda me lembro de ver aqui nesta sala, a Ministra Assunção Cristas sobre o mesmo assunto, acho eu),



vemos arrancar as construções de casas em substituição das barracas da zona poente da Ilha de Faro.

Pergunta-se, agora, o que vão fazer com os precários núcleos de pescadores da zona poente de Ilha de Faro. Portanto, aquele conjunto de casario que está mal ordenado, por consequência da autoconstrução, pergunto também se não poderiam ser objeto de um ensaio experimental de reflorestação da área, com a plantação de pinheiros, nos núcleos destas construções?

Evitar a todo o custo as demolições poluentes. As demolições foram extremamente negativas. Temos vários depoimentos de pessoas e verifica-se localmente que os detritos continuam no sítio sem serem recolhidos.

Portanto, lembro que estão localizadas, neste caso, neste núcleo, em área sensível ambientalmente e no trajeto visual de milhões de turistas que vão levantar voo ou aterrar no Aeroporto Internacional, agora chamado Gago Coutinho.

Tenho dito. Obrigado.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, Cristóvão Norte, e demais Membros da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas e caro público.

Eu gostava aqui de dar um apontamento sobre aquilo que eu considero que devia ser tido em conta, já que se está a debater um pouco mais genericamente a questão da habitação, em termos de política de habitação de fundo, porque efetivamente vinte e dois fogos, e quarenta e nove fogos, não serão suficientes. Portanto, é óbvio que é um princípio e é de congratular que exista pelo menos esta iniciativa e que haja de facto fontes de financiamento, porque estas fontes de financiamento vão concretizar pelo menos um princípio, mas é óbvio que o problema da habitação é mais profundo do que isso e vai levar muito mais tempo a ser resolvido, na minha ótica.

E passa também por uma perspetiva mais global do que é a situação da sociedade portuguesa. Mesmo que haja aumento de rendimentos, eles nunca irão acompanhar a subida de preços da habitação, nem a subida de preços do arrendamento, porque não temos um mercado de arrendamento livre suficientemente atrativo que consiga dar resposta ao problema de criar um mercado de arrendamento verdadeiramente forte. Por outro lado, também não temos uma política de Ordenamento do Território célere, fazemos PDM's



com vinte anos e quando aparecer já vai aparecer tarde, e mesmo que apareça se calhar vai restringir os perímetros, porque os perímetros urbanos vão reduzir.

Portanto, porque houve sempre um entendimento que já tínhamos casas a mais, o problema é que essas casas não estavam acessíveis, nem tínhamos conseguido que elas estivessem no mercado. E o grande problema foi que travou-se a fundo, dez anos de estagnação de construção, efetivamente parou-se, o mercado parou e isso criou um défice. E a única maneira que eu vejo aqui, era de haver um equilíbrio na oferta de habitação em vários setores. Quando eu digo em vários setores é em várias políticas, seja de arrendamento, seja de habitação acessível, ou seja de habitação mais corrente mas que seja disponibilizada para a classe média. Porque neste momento a própria classe média tem dificuldades em adquirir habitação. Porquê? Porque não tem rendimento e os preços estão a subir a 39%, enquanto o rendimento só sobe, quanto muito, 17%, portanto nós não vamos atingir o equilíbrio.

Portanto, aquilo que eu gostaria de fazer aqui uma reflexão é que terá de haver dinâmicas conjugadas, céleres, de alguma libertação de licenciamentos de fogos habitacionais, por um lado, conjugado com o arrendamento e conjugado com a habitação a custos controlados e habitação social, porque efetivamente há necessidades gritantes de habitação de pessoas carenciadas, que essas têm sempre que ser dadas respostas também nesse sentido.

Mas, de facto, eu vejo é que essa perspetiva tem que ser trabalhada muito mais em conjunto e de forma completa e complexa, ao mesmo tempo. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre o que o Presidente Sérgio Martins referiu, é verdade, nós fazemos habitação onde podemos e não temos proposta, aliás, se ler o Plano de Estratégico de Habitação não está lá nada referenciado na freguesia de Santa Bárbara, como bem sabe.

Sobre o que a deputada Elza referiu, de adquirir habitação e arrendar, isso seria possível e até é possível no PRR fazer isso. Agora, onde é que vamos adquirir essa habitação? Porque não há! Os fogos que estão a ser construídos, que são privados e que podíamos ir ao mercado comprar, estão praticamente vendidos a preços, e todos sabemos, exorbitantes. E portanto,



se houvesse fogos disponíveis, aí essa seria uma opção e o próprio PRR permite, inclusivamente tem algumas linhas que permitem essa questão.

Sobre o que o membro Guilherme Portada referiu, em boa hora o Governo do PS permitiu estas candidaturas, é verdade.

E a membro Beatriz refere que o PS vai investir 1.6 mil milhões de euros na habitação. Eu só queria fazer aqui um preciosismo, desculpem: quem vai investir 1.6 mil milhões de euros na habitação é a União Europeia, que este dinheiro não vem do Orçamento de Estado, não vem dos nossos impostos, vem do PRR, honra seja feita. O Governo destinou os dezasseis mil milhões de euros, é verdade, mas não digam que é o país que está a fazer este investimento. Portanto, quem está a fazer este investimento no país é a União Europeia, através do PRR.

Depois, respondendo diretamente, estamos a tempo de concluir a obra dentro do prazo – esta é a nossa calendarização, se não tivermos empresa, se houver algum problema... Agora também lhe digo: nós temos estes dois projetos concluídos há dois anos. A primeira vez que fizemos a candidatura ao IHRU foi em 2020, salvo erro, há dois anos que estamos à espera disto, portanto também é preciso dizer isso. (Eu, se vocês não me picassem, não dizia isto; eu quando faço a minha intervenção sou muito *soft*, mas depois dizem estas coisas e eu tenho que responder, peço desculpa). Há dois anos que estamos à espera deste financiamento. Mandaram-nos um contrato, em outubro do ano passado (que, aliás, até acho que veio aqui) em que o IRU financiava 40% e por-aí-fora. Depois, anularam isso e mandaram pôr no PRR, e ainda bem.

Estamos a fazer muito mais coisas. Temos os Braciais a ser o projeto feito com cento e vinte e quatro fogos, mais setenta e quatro a custos controlados; estamos a fazer o projeto em Estoi para duzentas e setenta e cinco habitações a custos controlados; estamos a fazer outras coisas.

Agora (eu já que comecei, vou continuar), só nas oposições é que se faz tudo para ontem. Aliás, eu até me lembro de um candidato que dizia que nos dois primeiros anos resolvia os problemas todos da cidade. Eu não sou capaz! Agora, também deem-me o desconto... eu, por mim, já tinha feito isto tudo, não sou eu que quero fazer para o ano – aliás já nem vale a pena fazer em 2025, eu já não vou a eleições e, portanto, o ano 2025 para mim já não conta, como aqui várias vezes se disse, que era para fazer no ano das eleições – portanto, estamos a trabalhar nisso como temos vindo a trabalhar no projeto de habitação e queremos fazer muito mais.



Sobre o que o deputado Manuel Mestre referiu, dos pescadores, o que nós estamos a fazer possibilitará cerca de metade do realojamento daquelas famílias. E portanto o que vamos fazer é negociar com elas e ver quem é que quer ir e quem é que quer continuar, essa sempre foi a nossa posição.

Estes quarenta e nove foi uma lista feita ainda pela Polis, que nos deu esta indicação. Vamos agora atualizá-la; pode acontecer alguma daquelas famílias já ter falecido, pode acontecer alguma das famílias ter um agregado diferente e, portanto, vamos agora atualizar essa mesma lista e ver como é que depois vamos atribuir estes quarenta e nove fogos. Muito obrigado.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Sr. Presidente, com toda a cordialidade e respeito institucional, aquilo que se fizer em Faro em 2025, conta muito! Aquilo que se fizer em Faro em 2026, conta muito!

Os problemas de habitação não serão resolvidos nem num, nem em dois anos, nem como aqui foi dito com setenta apartamentos. Portanto, eu volto a perguntar: está a ser feita muita coisa; em concreto, o que é que o Município de Faro está a fazer daquilo que inscreveu na sua Estratégia Local de Habitação?

Veio aqui à aprovação esta proposta, foi assinado o contrato, o que é que mais estão a fazer? É uma pergunta. Não o piquei, fiz uma pergunta!

Fiz outra pergunta, também não me respondeu. O que é que está a ser feito sobre a Horta da Areia?

Eu compreendo que não seja possível resolver este problema até 2025, mas se não o começarmos agora nem em 2050!

Por último, quero-lhe dizer duas coisas. Por essa lógica, que quem financia a habitação não é o Governo, é a União Europeia, portanto quem financia a construção não é o município é a União Europeia. Houve a decisão política de criar um Plano Nacional de Acesso à Habitação, no qual se enquadrou o Primeiro Direito e isso tem de ser assumido. Não havia antes essa linha de apoio por parte da União Europeia. Agora há! E cabe ao município esforçar-se para candidatar-se a estes milhões de euros que estão disponíveis. Daí a pergunta: o que é que estão a fazer?

Para terminar, fico contente que o Sr. Presidente tenha mudado de opinião sobre este respeito. Porque ainda há coisa de quatro anos, a propósito da Comissão Parlamentar de Alojamento Local, o Sr. Presidente referiu que os problemas de habitação verificados iriam ser resolvidos com base na oferta e na procura, quando mais prédios fossem construídos. Ainda ontem recuperei



esse vídeo, basta procurar no *youtube*. Portanto, fico satisfeito que hoje já pense de forma diferente e que o município finalmente tenha políticas de habitação para as pessoas. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Sobre o que estamos a fazer, eu já respondi, portanto depois é uma questão de rever aquilo que disse.

Sobre a Horta da Areia, está no Plano e será integrado naquilo que estamos a fazer.

Sobre aquilo que eu disse, continuo a dizer. Porque aquilo que estamos aqui a fazer, ou aquilo que qualquer município fizer não resolve o problema de habitação no país. Não é com setenta e dois fogos que estamos a fazer, mais noventa que pusemos no mercado a custos controlados, mais duzentos e setenta e cinco que estamos a fazer o projeto – já agora fica a saber o que estamos a fazer – estamos a fazer o projeto de urbanização em Estoi, mais os cento e vinte e quatro nos Braciais e mais setenta e quatro de custos controlados, mais algumas coisas que por aí estamos a tentar resolver, que a gente resolve o problema da habitação.

Nos últimos cinco anos – vejam nos Censos, comparem 2011 com 2021 – e eu digo nos últimos cinco anos porque nos primeiros cinco anos não havia uma grua sequer em Faro, não se construiu nada, construíram-se mil e cem fogos, é isso que dá a diferença entre 2011 e 2021 nos Censos. Ora, mil e cem fogos não resolveu o problema do concelho. Se nos próximos cinco anos o mercado fizer mais mil e cem e nós fizermos quinhentos, não vai resolver o problema do concelho, não são os municípios que vão resolver o problema do concelho. Aliás, é preciso dizer aqui uma coisa, a questão da habitação não é uma competência própria e direta dos Municípios, é da Administração Central, e a Administração Central, e muito bem, tem-se socorrido dos Municípios, não por acaso que esta linha está aqui, porque isto é uma obrigação da Administração Central. O Governo não está a dar nenhuma benesse aos Municípios, o Governo está a usar, e bem, os Municípios para contribuir para a resolução de um problema, e é isso que estamos a fazer.

E eu continuo a dizer, há quatro anos diria a mesma coisa e hoje continuo a dizer a mesma coisa, mas não foi por isso que nós deixamos de trabalhar aqui, porque estes projetos foram todos iniciados há mais de quatro anos, quando eu disse isso já estávamos a fazer os projetos.

Porque há aqui uma questão. Uma questão é nós estarmos a fazer estes vinte e dois fogos; para quê? Vou pôr os fogos do Montenegro à parte, porque



têm outra característica, é um realojamento específico, mas estes vinte e dois fogos que se estão a fazer são para arrendamento a famílias com poucos recursos. Os noventa fogos que estão a ser feitos na Senhora da Saúde são para famílias que tenham capacidade para adquirir fogos a Custos Controlados. Mas depois há todo um outro segmento e não é aí que o Estado através dos Municípios vai interferir.

Portanto há aqui três vertentes. Há as famílias carenciadas, e aí é arrendamento a baixo custo – nós temos agregados que pagam quatro ou cinco euros por mês, e muito bem, e depois temos outros que pagam trezentos e tal euros por mês, e muito bem, isto tem a ver com o rendimento deles. Temos agregados que compraram na Av. Calouste Gulbenkian, mas estes podiam pagar uma renda, como estão a pagar à banca e adquiriram os seus apartamentos. Portanto, há esta complexidade toda que é preciso ver. E o Município deve, tal como a Administração Central, atuar nos campos onde deve atuar. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Vamos então proceder à votação do ponto quatro, Proposta nº 221/2022 da autoria da Câmara Municipal.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por unanimidade.

Texto da deliberação:

“Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 221/2022/CM**, conforme apresentado no ofício n.º 5402, de 15/06/2022, da Câmara Municipal de Faro e respetiva documentação de suporte, respeitante à, repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente aos projetos “Construção de 22 Fogos na Rua Ludovico Menezes” e “Construção de 49 Fogos na Rua Soldado Ferrer no Montenegro” em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que seguidamente se identificam:

- ✓ A Repartição de encargos para a **Construção de 22 Fogos na Rua Ludovico Menezes (2.331.665,12€)**:



2022 – 5.000€

2023 – 927.666,05€

2024 – 1.398.999,07€

- ✓ A Repartição de encargos para a **Construção de 49 Fogos na Rua Soldado Ferrer no Montenegro (5.472.643,09€)**

2022 – 5.000€

2023 – 2.184.057,56€

2024 – 3.283.586,34€

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31
Contra											00
Abstenções											00

A Assembleia Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 221/2022/CM.”

Presidente da Assembleia Municipal – «Tal qual resulta do acordo tácito que fizemos, o período de intervenção e esclarecimento destinado ao público não é agora, mas, como ficou combinado, altera-se a ordem de trabalhos para que seja possível o público falar nas Assembleias Municipais que são convocadas para se iniciarem às oito da noite, pelas 22.30h. Portanto, se ninguém se opuser, fá-lo-emos uma vez mais.

Cada um dos inscritos dispõe de um tempo máximo de até cinco minutos.»

Seguidamente passou-se ao:

III - Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

Usaram da palavra:

Sr.ª Munícipe Rita Alves – «Boa noite. Exm.º. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais público.

Eu, Rita Alexandra da Luz Cândido Alves, Presidente da Associação “Cabana da Meia Noite”, Associação do Bem-Estar Animal da cidade de Faro, que apoia e dá auxílio aos gatos desta cidade, como Associação legalmente constituída há dois anos e informalmente há cinco; organizadora do II



Encontro de cuidadoras informais de gatos de colónia; promotora, conjuntamente com o Dr. Serpa Santos, do 1.º Orçamento Participativo, para que quinze mil euros fossem alocados em esterilizações e identificações de gatos do Município de Faro, iniciativa promovida pela União de Freguesias Sé e S. Pedro; parceira do Município no projeto da Horta da Areia para que o flagelo em termos de bem-estar animal que se lá vive tenha sido diminuído; alvo de louvor por parte esta Assembleia Municipal em 13 de setembro de 2021, tal como as minhas congéneres e cuidadoras informais, pelo trabalho prestado em prol dos animais deste Município e cooperando com o Município na recolha de felinos.

Esta Associação tem como lema proporcionar o melhor que existe em termos de cuidado e bem-estar animal aos gatos que estão à nossa responsabilidade e, para tal, viu-se na obrigação de adquirir, por meios próprios, um sítio que tivesse todas as condições do ponto de vista do bem-estar animal e para isso temos trabalhado arduamente, quer em tempos de pandemia, quer em tempos atuais que vivemos em guerra. E para terem uma noção, nós há dois meses adquirimos uma incubadora para recolhermos bebés com o cordão umbilical, que vieram da Horta da Areia.

O bem-estar animal, nunca ou raramente é bem visto aos olhos da sociedade. Querem soluções mas nunca fazendo parte da solução, as soluções que fiquem sempre para os outros. Levámos um ano para conseguir um senhorio que aceitasse nos alugar um espaço para pudermos fazer o nosso abrigo, a uma renda que nos fosse possível pagar, estamos a falar em, aproximadamente, 100m² por quatrocentos euros, em Faro. Nunca escondemos de ninguém a nossa intenção e sempre trabalhámos honestamente.

Com este nosso projeto, conseguimos que muitos gatos adultos fossem adotados. O nosso espaço está definido como uma réplica de uma sala comum com direito a sofá, para que os adotantes tenham direito e possam conhecer o nosso candidato à família. Neste momento estamos em fase de acabamento de um espaço exclusivo para bebés.

E não ajudamos só animais, também ajudamos as pessoas, pois recebemos muitos utentes da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que prestam serviço comunitário na nossa Instituição, única na cidade.

Todos os animais são entregues chipados, esterilizados e vacinados às suas famílias, inclusive os bebés.



Não se promove a adoção por impulso, as pessoas têm oportunidade de os visitar sem qualquer compromisso e só depois, num outro dia e depois de ponderarem, é que se combina a entrega sem pressas e sem pressões.

Constatamos que o uso que damos ao espaço é diferente do que ele está definido, apesar de tudo, não ser a nossa área, desde o primeiro momento que estamos a tentar resolver o problema, de tal forma que foi pedida a esta edilidade um aumento do prazo para encontrarmos soluções, numa cidade de Faro que não vê os animais com bons olhos e que a pressão imobiliária é enorme.

Temos cerca de trinta gatos à nossa responsabilidade, um prazo a terminar amanhã, e sem resposta se a nossa pretensão de um adiamento para cento e vinte dias úteis será aceite.

Apelo por isso à Câmara de Faro, que compreenda a questão que colocamos de que valores maiores que se levantam e por uma questão de justiça aceda ao nosso pedido.

Solicito, em frente de todos os representantes desta Assembleia, que o Município adie o despejo destes animais, para que possamos encontrar uma solução legal que não coloque em causa a vida dos mesmos e para que possamos, também, continuar a trabalhar em conjunto para melhorar as políticas e as soluções para a proteção do bem-estar animal do município.

Muito obrigada.»

Sr.^a Municípe Carla Horta – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara de Faro e restantes pessoas presentes na sala.

Começo por dizer e assumo aqui que as tais reclamações feitas à Câmara relativamente à urbanização em construção em Santa Bárbara de Nexe foram todas feitas por mim. E foram muitas, porque os e-mails entram na Câmara mas parece que ficam travados e o Covid veio ajudar muito isto. E parece-me que até à última reunião que tive com o arquiteto Nuno Guerreiro, o mais responsável que me podia dar um parecer mais isento sobre o que ali está a acontecer, ainda não tinha todos os e-mails que eu enviei, porque eu por fim já enviava quase por desabafo. E digo isto porquê?

Não está aqui a arquiteta Marília... A minha casa foi começada a construir em 2017 e no terreno abaixo do meu havia três projetos aprovados pela Câmara, havia um para três vivendas, havia um para quatro e havia um para dezasseis fogos. Nas conversas que eu tive com essa arquiteta, tenho pena que não tivessem ficado gravadas ou em ata, porque estas coisas fica



tudo só nas palavras e eu sou uma pessoa cumpridora dos direitos, a minha profissão obriga-me a isso.

O que eu acho incorreto é o que se passa há três anos não se passar no dia de hoje e porquê? Porque me foi sempre dito que o PDM eram três pisos e que eu poderia estar descansada que o que ali ia ser construído nunca me passaria o primeiro piso da minha casa. Esta construção iniciou, talvez, em dezembro, foi demolida e foi construída uma estrutura em ferro. Eu falei com o engenheiro da empresa que lá está a construir, o que é que era aquilo, e ele disse-me prontamente que aquilo não era mais do que a realidade da vivenda que ali iria ser construída. Claro, investigadora como sou há trinta anos, subi ao meu primeiro piso e fui olhar; efetivamente a arquiteta Marília tinha razão, eu perdia a vista da igreja, se quisesse ver a igreja tinha de ir ao centro da aldeia, mas não perdia nem as luzes de Faro, nem os aviões a subir, nem aquilo que agrada. A vista não se compra... Compra-se! Compra-se, porque a minha casa custou duzentos mil euros e aquela que lá está custava inicialmente um milhão e cem mil e agora custa um milhão e trezentos porque acrescentaram um outro piso. E eu digo que acrescentaram um outro piso porque fiquei confusa, porque na *net* diz cave e nos panfletos da imobiliária diz um piso abaixo da soleira. Se a gente for compreender até já houve duas retificações a este projeto que em tudo é diferente dos que lá estavam. Tive até curiosidade de ver esse dos dezasseis fogos e percebi que a minha construção não ia colidir com a que lá estava e a que lá estava ia-me também proteger a mim. Eu digo isto porquê? Apesar de estar mais próxima, estava mais baixa, porque o chão da minha casa está a cinco metros do terreno abaixo, se a fachada que hoje lá for construída a nove metros e vinte ela não pode passar a casa e é aqui a minha dúvida, eu acho que houve um desnivelamento, um aproveitamento daquela terra.

Eu tenho dificuldade em perceber entre cave e piso, porque uma cave não pode ter uma janela de pé alto de seis metros. Aquilo é um rés do chão que apanha a soleira e faz ali um *faz de conta*, porque um piso, desde que as pessoas circulem, façam vida, tenham acesso à garagem, tenham acesso por elevador, é um piso e portanto se eu contabilizar os pisos a sul, que é onde é a casa, porque atrás as garagens a mim não me interferem porque ficam abaixo, eu não conto nove metros eu conto doze. Eu fiquei sem sol, eu estou ladeada de um muro e perdi privacidade, eu tenho janelas de frente para mim; e a minha mãe não pôde ter uma janela a sul, à data da construção, porque colidia num dos projetos, e eu hoje tenho as cozinhas das pessoas



olhando para mim, tenho varandas para mim, a janela do meu quarto eu não posso abrir porque as pessoas vão ver. Perdi privacidade.

A minha família, ao lado, construiu uma piscina e as varandas a sul, daquelas pessoas, estão praticamente a violar a privacidade de qualquer pessoa. Isto não foi tomado em linha de conta. Eu não falo em regras porque eu não sei desta lei, eu sei de muita lei, eu trabalho com a lei, eu cumpro, mas não vi que cumpriram comigo e fiquei desapontada. Desapontada porque quem faz as regras da construção, levaram-nas ao limite.

Até porque se formos a sul, a terra que lhe está contígua está mais abaixo daquilo que está construída, porquê? Porque a subiram, porque aproveitaram o desnivelamento, porque eu tenho a soleira quase ao nível da estrada, e eu tinha cinco metros de profundidade, há ali qualquer coisa que não está bem.

O Sr. arquiteto Nuno prometeu-me que ia lá mandar um topógrafo e alguém técnico isento, e eu vou fazer o mesmo, eu vou pedir uma apreciação técnica, porque eu não vou poder embargar uma obra, porque ali fala-se de milhões e eu sou funcionária pública. Muito obrigada.»

Sr.ª Munícipe Sofia Guerreiro – «Boa noite a todos.

Este problema da construção que se vê no Algarve não é novo, já se arrasta há muitos anos. Faro é um péssimo exemplo disso também, a própria cidade vê serem destruídas casas típicas, dentro da cidade, para se construir um prédio ao lado de uma casa pequenina, por exemplo, em que as pessoas daquela casa que antes tinham uma casa igual ao lado, que era o seu vizinho, deixaram de ter um vizinho e toda essa relação de vizinho para ter uma parede nas vistas laterais da sua casa.

A nossa vizinha de Santa Bárbara de Nexe tem uma casa a ser construída à frente da casa dela, literalmente. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabe do que se está a falar, chamou a atenção para isso e segundo o Sr. Rogério Bacalhau está tudo certo; não, não está, Sr. Rogério! Eu posso mostrar essa imagem

Eu quero saber qual é a posição da Câmara, que é capital de Distrito, em relação à construção que se passa, tanto dentro da cidade como fora dela. Vamos construir em altura? Vamos descaracterizar toda a serra Algarvia, como foi feito no litoral? É isso que vocês querem?



É uma questão de reflexão. Fiquem a refletir, e três pisos é muito numa serra, que dá vista para todos. A vista não está para venda, a vista não se vende, a vista é para todos e o Algarve é de todos. Obrigada.»

Sr. Município Ricardo Serrão – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores e restantes membros presentes.

Eu já vou residindo aqui nesta região nos últimos quatro anos, por motivos profissionais, e ainda estou a tentar “fixar-me” aqui na região. Eu morei muitos anos em Lisboa e há coisas que às vezes eu vejo o paralelismo entre uma grande cidade e uma cidade média e para mim há aqui coisas interessantes.

Falámos muito aqui de habitação; eu morei quinze ou dezasseis anos em Lisboa e também há muitos problemas de habitação e de arrendamento naquela cidade.

Fala-se aqui do programa de renda acessível. É um programa que eu já conhecia em 2016, pela Sr.^a Vereadora Paula Marques, da Câmara Municipal de Lisboa, que era dito que era para as pessoas de rendimentos médios e baixos, e depois na prática não era isso que se via, porque basicamente definia que a taxa de esforço tinha que ser até 30% do rendimento das pessoas, incluía pessoas que ganhavam no mínimo setecentos e cinquenta euros, 30% seria à volta de duzentos euros. Portanto, as propostas que havia eram casas à volta dos duzentos e tal, trezentos euros, portanto só incluía as pessoas a partir dos mil euros e depois incluía até quatro mil euros.

Peço desculpa se não conheço aqui na região e no município quais é que são as propostas nesta área de renda acessível, tenho curiosidade em saber mas aproveito já referir que é importante salvaguardar que realmente ajude quem tem rendimentos baixos, não é quem tem rendimentos de média alta de três mil e tal euros.

Coisas que eu tenho reparado aqui na região, enfim em Faro no último ano e tal/dois anos, cada vez que necessito de alojamento, basicamente somos todos excluídos por profissão ou ocupação; parece que em geral só há arrendamento para estudantes ou professores e as outras pessoas não são incluídas. Eu sou homem e estranhamente cerca de 90% dos arrendamentos são para mulheres ou raparigas, como definem; cada vez que eu pergunto se os quartos têm género sexual as pessoas ficam ofendidas e parece que não



há contratos, não há recibos, nas experiências que tenho cada vez que eu procuro.

Sei que na região de Lisboa há realmente um grupo de *facebook* que tenta fazer uma listagem das casas e dos prédios abandonados, e é uma situação que eu tenho visto aqui na região, é que há muitos prédios degradados abandonados. Tudo bem que também temos a situação da sazonalidade, tudo bem que com certeza haverá muitas outras situações, mas penso que seria importante seja a própria Câmara, seja a própria vereação, seja a própria população, tentar perceber, discutir o tema e ver como é que se pode de alguma forma reabilitar os vários prédios. Por exemplo, na zona da Rua Aboim Ascensão, se calhar estão ali quinze ou vinte prédios abandonados e degradados; na Praça Luís de Camões, perto do estabelecimento prisional, há ali um prédio que já há três ou quatro anos que dizia lá arrenda-se e continua lá fechado e deve de ter uns dez andares.

Como já foi referido, nos últimos dez anos a população no Algarve cresceu dezasseis mil, com todas as várias iniciativas que estão a ser feitas na região para dinamizar o tecido económico, obviamente é esperado que cresça e é realmente importante haver formas de dinamizar.

Uma questão que queria falar é em relação à Praia de Faro, também já sei que há iniciativas para fazer a ponte, que é importante mas leva o seu tempo e tudo mais, mas acredito que haja formas temporárias para, de alguma forma, resolver parte do problema. Esta semana, cheguei mais ou menos à zona da estrada que vai para a Praia e perdi cerca de vinte e cinco minutos só para chegar à paragem do autocarro, portanto a fila começou um bocadinho antes da rotunda, e isto não me parece exequível e de certeza que há formas de tentar incentivar as pessoas a não levarem o carro, seja com o Turismo do Algarve a divulgar se vêm para o Algarve não tragam carro ou então deixem em sítios sem ir para as zonas. Incentivar a própria população de Faro e do concelho, tentar de alguma forma dinamizar que haja mais autocarros desde o centro de Faro para a Praia. Nesta altura, uma parte das pessoas são turistas, outra parte é da população mas com certeza também podem pagar algum extra e há muitas formas de fazer isso.

Até mesmo terem dois ou três agentes junto à ponte, em vez de serem os semáforos os próprios agentes terem a perspicácia de dizer em vez de passarem dez e depois há um espaço de tempo que não passa nada, passam vinte de uma vez e acelerar o passo das coisas. De certeza que há muitas outras ideias, mas acho que é importante haver esta discussão para bem de



toda a população da região, do município e até da população que mora na Praia de Faro e dos negócios que existem na praia de Faro e do próprio turismo em si. Obrigado.»

Sr. Município João Graça – «Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Exm.º público.

Estou aqui na qualidade de cidadão algarvio vindo de Sagres e ao mesmo tempo sou o Presidente da Distrital do Partido CHEGA.

Começo por lamentar ouvir aqui hoje alguém dizer, nos tempos que correm, que o CHEGA quer a privatização do ensino e da saúde, no fundo mostra distração e desconhecimento. O programa do CHEGA até só tem nove páginas, foi criticado por isso, e por isso aconselho a ler e a conclusão é simples, as nove páginas falam de tudo menos de aumentar a carga de impostos e da privatização da saúde e da educação. O que defendemos é uma educação para todos e que cada um coloque o seu filho na escola que preferir. Em termos de saúde, queremos celeridade e liberdade para cada um ser tratado com dignidade.

Admira-me certas forças políticas terem moral para falar da saúde, a não ser de colocar sempre mais primeiras pedras no Hospital Central. Por falar nisso, lamento a falta de comparência na vigília, no passado dia vinte e sete, de outras forças políticas. O CHEGA organizou, mas além de uma faixa com uma frase que era “A Saúde no Algarve está doente” nenhum símbolo esteve exposto, eu próprio fiz questão porque podia aparecer pessoas de outras forças e não se sentirem à vontade ter um símbolo do CHEGA.

Sobre a saúde deixo uma pergunta: quem governou, planeou e estudou o país nos últimos anos? A saúde no nosso Algarve não pode estar dividida por partidos, tem que estar unida por condições.

Quanto aos outros adjetivos que somos apelidados, o futuro o dirá, mas deixo um conselho: comecem a pensar noutras alternativas, porque essas de xenófobos e racistas o público já viu que não é para isso que aqui estamos.

Somos contra o sistema... Somos! Mas com a democracia. Penso que tenho tempo para contar que há dois anos, nas legislativas, num supermercado na Praia da Luz, eu andava a colocar cartazes do CHEGA e tinha um cartaz do Sr. Cristóvão Norte, que por duas vezes estava virado ao contrário e eu que andava a colocar os cartazes do CHEGA e virei os cartazes até fiz um vídeo, não sei se chegou a ter conhecimento, uma das vezes andava a colocar



cartazes e outra fui ao supermercado e fiz questão de virar o cartaz e se estivesse lá de outro partido qualquer faria o mesmo, não o que infelizmente fizeram aos meus cartazes e a outros cartazes do Partido do CHEGA.

Temos que nos preocupar. O Aeroporto Internacional de Faro já é dos poucos Aeroportos Internacionais no mundo que não tem uma ligação férrea. Penso que era importantíssimo também, uma ligação férrea de Loulé/Universidade/Aeroporto.

Devia-nos deixar preocupados com o comboio de Vila Real de Santo António a Lagos, leva o mais rápido três horas e dez, agora com a eletrificação vão tirar vinte e cinco minutos (peço desculpa, se não for vinte e cinco minutos será pouco mais do que isso), continua a não servir o Algarve.

A nossa forma de estar é respeitar tudo e todos, porque o CHEGA não é um Partido de extrema-direita mas sim um Partido de extrema necessidade. Muito obrigado.»

Sr. Município António Mateus – «Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Cristóvão Norte, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, Dr. Rogério Bacalhau Coelho, senhores vereadores, senhores membros municipais, secretariado e digníssimo público.

Vamos em frente. Procuo, antes de mais, se passou por aqui a censura? A transmissão digital não é visível, que no passado acontecia. Pretendo um esclarecimento nesse sentido.

O senhor presidente Rogério Bacalhau, para se afirmar como presidente da autarquia farenses, perante um juramento público na sua tomada de posse, deve ser claro e transparente nas suas curtas respostas nas questões apresentadas pelos municípios nas assembleias municipais públicas.

Agora, falando de um caso extremamente sério, que se prende com dinheiros públicos: a aquisição de cinco lotes na zona de Montenegro, próximo da Rua Soldado Ferrer, com áreas de 280 e 253 metros quadrados, processos camarários 381, 386 e 383, ao senhor José Ribeiro Pinheiro Ramos, com um valor simbólico de um milhão setecentos e noventa e sete mil euros, a fim de serem construídos 49 fogos. O senhor presidente, como é considerado um bom matemático (é verdade, é professor mas não está a exercer como tal), deve-se justificar, não perante mim, mas sim por quem de direito, onde param o milhão de euros desta aquisição.



Não cabe a mim, porque... aliás o senhor deve ter recebido há dias uma carta minha, que está aqui a cópia, no dia quinze, para me dar uma fotocópia da escritura da aquisição desses cinco lotes.

E depois temos aqui o Centro Hospitalar Universitário do Algarve, que o senhor nas redes sociais agora está a falar um bocadinho mais, mas isto não convence os algarvios. Está considerada, de forma comprovada, uma unidade do terceiro mundo, no seu atendimento. Quando a nossa região recebe no aeroporto Almirante Gago Coutinho, diariamente, quinze mil pessoas, a fim de desfrutarem de férias, no caso de virem a necessitar de assistência hospitalar, ficam à porta das urgências sete ambulâncias.

A senhora Ministra da Saúde, Marta Temido, deve quanto antes colocar o seu lugar à disposição, já deu provas comprovadas de incapacidade, mas não deixa de ser uma boa oradora na televisão, em nome do Serviço Nacional de Saúde.

Mais uma vez fica aqui um apelo ao governo do senhor ministro António Costa: os algarvios pretendem sim, quanto antes, o referendo aos eleitores para que a regionalização não tarde por muito mais tempo. Se não, vamos ter grandes problemas na nossa região.

Quando se fala em poluição e aquecimento, há muita gente que não sabe, o aquecimento global toda a gente sabe, é um assunto extremamente sério para a humanidade e deixo aqui um alerta muito sério ao presidente Rogério Bacalhau Coelho: a nossa capital está pulverizada de CO₂ com a entrada de 45.000 carros. É pouquinho, não é, Sr. Presidente, até parece que é... O senhor agora vai ter de mudar isso porque o senhor agora até tomou uma atitude, gastou duzentos mil euros em bicicletas, agora vai pôr os algarvios todos a andar de bicicleta. Penso que isso vai acontecer. E aliás, o senhor já deu o exemplo.

Acontece, Sr. Presidente, que meios alternativos para isto têm que ser criados. Não podemos ter uma cidade capital de Distrito, que devia ser o exemplo no nosso Algarve, e na sua pessoa, mas na verdade não é.

Muito obrigado e boa noite. Desculpe incomodar.»

Sr. Município Valter Alfaiate – «É com uma certa nostalgia que ao fim de quatro anos volto a esta sala, depois de ter arranjado uma hipertensão aqui motivada por pessoas que não cumprem a lei...

Queria cumprimentar o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores, os partidos presentes e em especial o PAN, o CHEGA e a Iniciativa Liberal, que foram



eleitos democraticamente e é a primeira vez que estão aqui nesta sala. E se foram eleitos pelo povo, para mim valem tanto como os outros que já estão aqui há muito tempo e que pouco têm feito para este país.

Mas o que me traz aqui, Sr. Presidente, é dar a conhecer aos Srs. Vereadores e a esta sala o que se passa comigo e o que se tem passado com o Sr. Presidente da Câmara em relação a mim.

Eu, especificamente, vou dizer aqui e depois estou à disposição de quem quiser defender os interesses da população de Faro, eu tenho dentro desta pasta tudo para demonstrar aquilo que eu vou dizer. Porque em perigo está, como o Sr. Lage me disse e eu prometi-lhe não vedar enquanto não lhe dissesse, mil pessoas (ele é que me disse o número) que passam pelo Passeio Ribeirinho.

Em maio de 2011, eu estava muito descansado na minha Culatra e telefonei o Macário a dizer: *“Valter, vem cá que a gente precisa de resolver aqui uma coisa rápida, para não se perder um fundo que vem lá de fora para não perder o Passeio Ribeirinho.”* Então eu vim cá, e ele diz assim: *foi feita uma proposta de uma celebração de um protocolo do Município de Faro à Administração Regional Hidrográfica e a Polis Litoral Ria Formosa.* Era a Câmara e à frente dos outros dois organismos estava o célebre Sebastião Teixeira.

Depois diz ainda: *“O lançamento de outra obra relevante, Parque Ribeirinho, impõe também a aquisição de três parcelas de terreno a contemplar em Plano e Orçamento, bem como o pagamento das ações do Município da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa previsto no Plano de Reequilíbrio Financeiro.”*

Foi aprovado em reunião de Câmara por unanimidade, onde o atual Presidente de Câmara pertencia a essa vereação e votou a favor. E foi aprovado nesta Assembleia.

A partir daí o que é que foi feito? Foi comprado realmente um terreno por um milhão setecentos noventa e três, para quarenta e sete apartamentos. Fazendo as contas, para habitação social, dá trinta e oito mil e duzentos [euros].

Vieram-me fazer venda de um terreno mesmo ao lado, do Sr. Justino Ramos e da Sr.^a D. Maria de Jesus Bispo (tenho tudo na pasta e comprovo tudo o que estou a dizer), vieram-me fazer venda de quinze por duzentos e cinquenta mil [euros], o que dá dezasseis mil seiscentos e sessenta e seis.



Eu quando ouço falar aqui em habitação social, dá-me vontade de rir! Então habitação social a trinta e oito mil e duzentos, e para o comércio a dezasseis mil seiscientos e sessenta e seis?

E diz-me o Pescoço: *“Queres que eu te ofereça duzentos?”*; *“Não, porque eu não quero construir mais, porque eu não tenho que andar a dar dinheiro aí por fora para que as coisas andem.”* Foi mais que o dobro. Portanto, não sei se estão dentro disto.

O que é que foi feito? Outro terreno ao lado do meu, antes de chegar à minha casa, esse terreno foi desanexado do meu, e esse terreno que é do Sr. Amaro, que era o Presidente do MIM, do Montenegro, a quem o Partido Social Democrata queria coligação, então foi comprar um terreno onde está lá o Passeio, em cima do terreno da REFER, e eu tenho as provas. Não era preciso ter comprado o terreno! Deram-lhe duzentos e cinquenta mil euros, por avaliação. (Aqui, quem está dentro deste assunto é a arquiteta Teresa Correia). Então foram comprar esse terreno e foi obrigado a fazer antes das eleições um contrato de colaboração, uma chantagem, no meu entender! O contrato de colaboração foi feito em dezembro, antes das eleições, para a escritura ser feita a 30/07, vejam bem. E a partir de 30/07 uma cláusula onde a Câmara teria que pagar trinta e cinco euros por dia se não fosse cumprido. Isto é inadmissível!

Às vezes falam do CHEGA, mas o CHEGA é que tem coragem para dizer isto como eu tenho. Porque muitos dos partidos quando eu falei aqui na altura não vieram dizer nada, vieram sim agora quando houve eleições: *“é pá, o Supremo disse-te que podes enxugar vedar e cultivar”*. Quando eu em tempos vedei aquilo, foi por culpa do Sr. Presidente que não cumpriu as reuniões de Câmara nem da Assembleia e eu vedei aquilo que era meu, já havia esta concessão. O Sr. Presidente mandou a população de Faro e as crianças de Faro dois anos para o caminho de ferro. É preciso dizer as culpas e na frente das pessoas.

Eu vinha aqui perguntar o que é que esta Assembleia me aconselha a fazer se o Sr. Presidente não respeita a reunião de Câmara, não respeita a Assembleia e não respeita o Supremo. E eu agora pergunto e ponham-se no meu lugar, tendo esta decisão de vedar, enxugar e cultivar, o que é que vocês faziam? Porque entraram dentro do meu terreno e não podiam ter entrado.

O Sr. Presidente usou o Dr. Vítor Silva, em agosto, para vir fazer o mesmo que fez com o MIM. Eu vim cá a uma reunião a dois de setembro, o Sr. Presidente combinou comigo eu não vedar e ele pôr o avaliador dele com o



meu para arranjam um terceiro. Não fez isso, não cumpriu a palavra. O que é que sucedeu? O Sr. Presidente mandou fazer uma avaliação conforme tinha feito em 2013, com valores de expropriação.

Sr. Presidente, o senhor quando chamou cá o meu primo e não me quis na reunião, mas eu vou-lhe dizer: o senhor não pode expropriar porque o terreno não é seu, é do domínio público marítimo. O senhor tem que fazer a inversão do que vendeu, porque às vezes volta-se isto ao contrário. O senhor não pode ter comprado um terreno ao lado que é do domínio público marítimo. Foram duzentos e cinquenta mil euros e os duzentos e cinquenta mil euros têm que entrar nos cofres da Câmara. E se a pessoa não tiver, é o senhor e a sua vereação na altura que têm que pôr. O senhor devia ter palavra, o senhor não devia ter má-fé. Mas como infelizmente...

Um momento só, eu vou terminar, Sr. Presidente.

É triste ouvir dizer na rua que o presidente é o Putin, não pode comigo. Não pode, porque eu fui a Lisboa...

(O Presidente da Assembleia Municipal solicita que termine a intervenção, pois já ultrapassou o tempo)

Eu vou terminar, o senhor tem toda a razão, mas isto é mais interessante do que tudo, estão mil pessoas em perigo...

Dona Teresa, vou por uma ação contra a vereação atual e passada, e a senhora terá que dizer lá o que me disse a mim, que já tinha abordado duas vezes o senhor presidente e que o seu presidente disse: este caso sou eu que trato. O senhor presidente é um voto e vocês tinham três ou quatro. E o senhor passou a bola ao senhor Guerra, e o senhor Guerra, na presença da Dona Maria Antónia, disse: o processo está fechado, a Câmara mandou fazer uma avaliação e agora já não está interessada em comprar.

Sr. Dr. Bacalhau, tenha palavra, a palavra e o trabalho dignificam um homem. É o que eu tenho feito.”

Presidente da Câmara Municipal – «Relativamente ao que a senhora Rita Alves referiu, da Cabana da Meia-Noite, é verdade, ainda hoje estive a ver esse assunto. Pediu uma prorrogação de prazo, será respondida na próxima semana; enquanto não for respondida esteja à vontade, mas na próxima semana será respondido a essa prorrogação de prazo.

Sobre o que a Dr.^a Carla Horta referiu, eu percebo aquilo que disse, mas nós também não podemos fazer diferente. O PDM diz que são três pisos, eu já vi



– aliás, quando me mandou aquela mensagem mandei logo para os serviços, e por isso é que sei disto porque se não nem sabia, mas vamos mandar lá o topógrafo e vamos confirmar, realmente, se o que lá está coincide com o projeto. Mas relativamente à questão dos três pisos nós não conseguimos fazer nada, porque é isso que está no PDM de 2005; penso que na revisão do PDM estará a mesma coisa, não sei, mas irei verificar.

Nós estamos a ultimar a revisão do PDM, fizemos a segunda concertação com as quarenta e seis entidades o ano passado, salvo erro, em setembro ou outubro; tivemos quatro pareceres negativos, temos estado a negociar com essas entidades esses mesmos pareceres negativos e, logo que essas negociações cheguem a bom porto, haverá um documento final que irá à reunião de Câmara e depois irá para discussão pública, e é aí que as pessoas devem realmente ajudar-nos a perceber os efeitos das coisas que lá estão. E essa questão do terceiro piso está lá e portanto se houver realmente razão para alterar, façam as participações que houver. Mas, como disse, vamos mandar lá o topógrafo e a fiscalização para verificar se realmente o que lá está coincide com aquilo que está nos instrumentos territoriais.

Sobre o que o Sr. Ricardo Serrão referiu, não fez uma pergunta concretamente, pelo menos não percebi, mas dizer que nós temos um Regulamento de Apoio ao Arrendamento e portanto poderá, eventualmente, dirigir-se aos serviços e ver esse Regulamento e as condições que lá estão e ver se há possibilidade de o apoiar. Temos um problema com este Regulamento, e aliás referiu isso, que é o facto de muitas pessoas terem casa arrendada mas não terem contrato; esse é um problema que existe aqui e em muitos lados e que, no nosso caso, se não tiver contrato nós não podemos apoiar.

Sobre os prédios abandonados, não é só na Aboim Ascensão. Eu moro aí ao lado e sei que temos muitos prédios abandonados. Aliás, temos tido uma política de pressionar os proprietários dos prédios abandonados, triplicando o valor do IMI. Aliás, vem aqui todos os anos à Assembleia Municipal (a última foi, salvo erro, em novembro), um conjunto que são mais de quinhentos prédios que pagam o triplo do IMI pelo facto de não estarem a ser utilizados ou não terem um projeto de recuperação, ou não estarem á venda. Portanto, se não cumprirem pelo menos uma destas três condições nós fazemos isso.

Sobre o que o Sr. António Mateus referiu, ainda hoje despachei o seu pedido para que se fornecesse cópia da escritura. Relativamente à aquisição dos



cinco lotes no Montenegro ao José Ramos, por um milhão setecentos e noventa e sete – isto são as suas palavras – dizer-lhe que não são cinco lotes, são sete lotes por este preço que aqui está, mas ainda hoje despachei para que lhe fornecerem a cópia da escritura.

Não percebo, quando pergunta: *deve justificar onde está um milhão...* bom, o milhão setecentos e noventa e sete foi pago no ato da escritura. Posso esclarecer que, em 2011, foi dado pelo Governo dois milhões de euros para esta aquisição; nós gastámos um milhão setecentos e não sei quanto, sobraram duzentos e trinta mil euros. Com esse dinheiro, foram comprados três apartamentos de custos controlados da Gulbenkian, que são do município e foram realojadas três famílias da praia. Portanto, gastámos os dois milhões comprando os sete lotes, mais três apartamentos que estão na Calouste Gulbenkian naqueles prédios a custos controlados.

Sobre o que o senhor Valter Alfaiate disse, já o disse aqui várias vezes há quatro anos atrás, eu a única coisa que tenho a dizer sobre isso é que se há tanta coisa mal aí, eu só peço ao senhor Valter Alfaiate, aqui ao lado, na Polícia Judiciária, ou no Ministério Público, entregue o processo para ver se realmente está tudo em condições ou não. Obrigado.»

(vozes exaltadas no público)

Presidente da Assembleia Municipal – «Sr. Válder Alfaiate, pode-se sentar, por favor? Nós tivemos respeito pela sua intervenção.

Sr. Válder Alfaiate, faça o favor de se sentar. Peço-lhe o favor de se conter, de respeitar a Assembleia, de respeitar os outros munícipes que estão presentes, como nós o respeitamos a si quando interveio.

A mim cabe-me dar uma resposta a propósito de uma questão que foi formulada pelo Sr. António Mateus e à qual eu já tive ocasião de responder por interpelação de diversas bancadas. Neste momento ainda não foi possível retomar as transmissões *online*, por força de um problema burocrático/financeiro. O facto é que a Assembleia Municipal colocou numa rubrica que os serviços da Câmara, embora tenham sinalizado essa circunstância, entendem que não está na rubrica adequada para se puder fazer a contratação. Nós estamos a tentar resolver o mais rapidamente possível a questão, que é do nosso interesse e do interesse dos munícipes que seja possível, em homenagem à transparência, fazer o escrutínio do desempenho desta Assembleia Municipal, portanto dou-lhe a garantia que



faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para o problema ser resolvido da forma mais expedita possível.

Agradeço as participações de todos os munícipes e, encerrado este ponto, retomaremos a ordem de trabalhos e passaremos ao ponto número cinco “Apreciação e deliberação sobre a Proposta 348/2021 da autoria da Câmara Municipal – Projeto de Regulamento para Postos de Carregamento de Mobilidade Elétrica”.»

PONTO Nº. 05

Apreciação e deliberação sobre a Proposta nº. 348/2021/CM – Projeto de Regulamento Municipal para Postos de Carregamento de Mobilidade Elétrica.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como referiu, a proposta 348/2021, é um Projeto de Regulamento Municipal para Postos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, no concelho de Faro.

Define um conjunto de regras para que estes postos de carregamento possam ser instalados no concelho, para que os diversos serviços municipais o possam de alguma forma acompanhar.

Este Projeto esteve em consulta pública, em audiência dos interessados, não houve nenhuma participação e, portanto, vem agora aqui para deliberação. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Miranda (PS) – «Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

A minha intervenção é mais uma reflexão relativamente a este tema, não é propriamente nada relacionado com o Regulamento porque não encontrei nada que eventualmente tenha a expor.

No entanto, gostaria de perceber como é que estas coisas se enquadram nas estratégias que o município tem e claramente enquadro isto no Plano que existe no município, de adaptação às alterações climáticas. Já foi aqui abordado, inclusive pelo público, que não existem preocupações, mas eu tive o cuidado de ver e o município tem um Plano de adaptação às alterações climáticas.

No entanto, é esta reflexão que eu quero fazer, nós também da bancada do PS estamos aqui numa atitude de colaboração e de melhoria do que o município possa fazer para os cidadãos e é nisso que nos iremos empenhar.



Esta reflexão é relativamente a este Plano, porque acho que há aqui possibilidades de o melhorar e eu refiro aqui as três estratégias nacionais para adaptação às alterações climáticas. Uma delas, é melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas; eu considero claramente que isto não está a ser conseguido no Município de Faro. Todos sabemos que uma das consequências que pode ser mais gravosa, e pensando no nosso município, é a elevação do nível médio do mar, que claramente terá consequências em parte da nossa população e naquilo que provavelmente é mais atrativo em termos turísticos e tudo mais, que é a Ria Formosa, as Ilhas Barreira.

Portanto, aqui percebemos que de facto estamos a falar de uma matéria que deve ser claramente do conhecimento de todos.

Também foi falado aqui em mobilidade, e eu tive o cuidado de ver o Plano, por isso é que o estou a referir, e o município aprovou aqui uma Comissão de Ambiente e também foi falado aqui pelo deputado do PSD sobre a necessidade de prestação de contas; quando se diz prestação de contas pensa-se de forma financeira, mas não, também devemos prestar contas sobre os Planos que existem e acho que a Comissão pode fazer esse papel, no sentido de monitorizar, deste Plano, as ações que estavam aqui o que é que nós no município já fizemos, o que é que podemos fazer, como é que podemos melhorar este Plano e isso faz-se por uma monitorização, por um acompanhamento, eventualmente de uma Comissão. E é isso que eu queria falar, é que esta medida de aumentar viaturas movidas a eletricidade é apenas uma pequena peça num tema tão importante para o município, como sendo este Plano Municipal para adaptação às alterações climáticas. É este apelo que eu faço. Acho que a Comissão pode fazer um bom trabalho aqui, não só rever, monitorizar e eventualmente melhorá-lo. É tudo.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu junto-me um pouco àquilo que o membro António Miranda referiu, não sobre o Plano em geral, o Plano obviamente está bem elaborado, segue aquilo que as normas internacionais, europeias e nacionais exigem, ou seja, uma transposição das exigências das outras entidades.

Gostaria de reiterar novamente que isto é, de facto, de fulcral importância, não só a nível da transição energética, que é sem dúvida o tema e temos que ter atenção a isto, mas também em termos de realidade sócio/económica e capacidade de adaptabilidade por parte da Câmara Municipal de Faro.



Já foi referido aqui, várias vezes, pelo público e por outros membros, a quantidade de carros que existam em Faro e a quantidade de carros que entram e saem em Faro; vamos partir de uma estimativa muito por baixo, tinta mil existem, trinta mil entram e saem de Faro.

O Regulamento prevê que em 2035 haja cento e vinte e três carregadores, em que oitenta e seis são *standart* e trinta e seis são rápidos. No mesmo ano, pressupõe-se que a União Europeia irá proibir a produção de veículos a motor de combustão, o que significa que vai haver um aumento enorme por parte deste tipo de veículos e nós não podemos partir do princípio que as pessoas, de repente, passem todas a andar de transportes públicos. Mesmo que nós façamos o nosso Plano e tentemos ao máximo levar a que as pessoas tomem essas opções, as pessoas têm liberdade, obviamente. E estamos no Algarve e o Algarve é de difícil deslocamento, podemos ter os melhores transportes públicos do mundo mas é difícil, somos dezasseis concelhos, espalhados por duzentos quilómetros de costa. Esta é a realidade, as pessoas trabalham em Loulé, vivem em Faro ou em Olhão, seja onde for. E isto é uma realidade que temos que assumir, ou seja, os cento e vinte e três carregadores – e não estou a dizer que são poucos, porque acho ajustado a um plano racional, digamos assim – mas se considerarmos que cada carregador carrega dez carros por dia e cada carro necessita de um carregamento em cada sete dias, conseguimos carregar oito mil e setecentos carros, ou seja o diferencial para sessenta mil ainda é enorme. Obviamente que não é em 2035 que todos passamos para elétricos mas o caminho faz-se para lá.

Por isso, acho muito bem que exista a tal esfera de adaptabilidade no Plano, mas isto é uma realidade difícil porque se aumentarmos a magnitude dos carregadores em três ou quatro vezes, o que é que vai acontecer? Vamos ficar sem estacionamento na cidade! Ou seja, vamos criar outro problema e isto não pode ser ignorado, ou seja, nós partimos do princípio que grande parte das pessoas carrega em casa, isto pode ser real mas não é a realidade que nós observamos no dia a dia. À meia-noite, em Faro, existem milhares de carros na rua, essas pessoas não têm garagem, não têm estacionamento privado, ou seja, vão ter que carregar na rua. Resultado disto é que serão os pobres, os mais desfavorecidos, que mais dificuldades terão acesso a mobilidade, futuramente. E muito sinceramente, dentro destes Planos todos, e isto não é uma crítica ao Plano Municipal, é todo este raciocínio que existe atrás, de uma adaptação forçosa a uma tecnologia que ainda não está pronta



– pode estar, e espero que esteja, espero que esteja enganado e que em 2035 esteja pronta, mas isto é algo que nós temos que considerar.

E é preciso muito cuidado por parte dos executivos, talvez menos deste mas mais dos próximos que virão, de se adaptar, de ordenar o território, de pensar este problema, que não é só um problema local, obviamente, isto tem de ser resolvido a nível nacional, europeu, internacional, mais uma vez, mas é fundamental mantermos este tema na agenda e pensarmos isto rigorosamente e talvez tenha muito mais importância do que nós hoje estamos a dar, que é simplesmente a votação de um mero Regulamento que está bem feito. Muito obrigado.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Eu gostava de dizer que este Regulamento, para mim, representa um exercício de ordenamento para uma necessidade que se antevê. Portanto, do ponto de vista dos princípios está correto tentar, pelo menos, planear com antecedência, eu sou defensora desse perspectiva.

No entanto, as localizações penso que estarão estudadas, presumo que terá havido alguém que tivesse confirmado que haveria disponibilidade elétrica naqueles locais, porque essa é a condição fundamental: ter disponibilidade de energia nos locais que estão a ser propostos. Caso contrário, não se vai conseguir com que seja feita a ligação, porque de facto um dos requisitos que está aqui a ser exigido, e é absolutamente necessário, é a aprovação de uma licença pela Direção Geral de Energia, e isso às vezes não é muito pacífico porque efetivamente as infraestruturas elétricas estão muito preenchidas.

Depois, há outra questão que eu gostaria de chamar a atenção, que é o licenciamento dos privados. Um bocadinho em resposta à dissertação que o Daniel esteve a falar e as contas até bastante interessantes de ponderação sobre o número de postos disponíveis e número de veículos que seria possível carregar, eu dá-me ideia, posso estar enganada, mas se isto for um mercado que vai aparecer no futuro, para além destes postos que vão ser colocados no domínio público municipal, e portanto está aqui um esforço de ordenamento que é louvável, mas vai aparecer quase certamente os postos nos pontos de terrenos privados, urbanos ou não, mas quase certo que haverá um mercado que vai florescer na área dos privados. E nessa área, eu fazia uma recomendação que é tentar perceber quais são os procedimentos que vão ter de ser feitos para licenciar também os privados, porque penso que isso também é importante e, por outro lado, vai dar resposta



provavelmente às necessidades futuras, porque está-se a caminhar para esta situação dos veículos elétricos e ainda bem.

Portanto, era só este apontamento, é apenas uma colaboração nesse sentido. Obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Nós vamo-nos abster e não pensávamos intervir neste ponto, mas surgiu-nos aqui uma mistura, nos tempos que correm algo explosiva, entre alterações climáticas e passagem dos motores de combustão a motores elétricos. E nós gostávamos de deixar aqui uma referência. Em determinados momentos, quando isso é conveniente, nós colocamos acima de tudo o tremendo grau de incerteza que existe, neste momento, nas nossas sociedades, face ao futuro próximo e ao futuro e médio prazo.

Eu só gostava de chamar aqui a vossa atenção para o seguinte: qual é a possibilidade que a maior parte das nossas famílias, que a maior parte dos portugueses, que a maior parte das nossas pequenas e médias empresas, ou que a maior parte do nosso tecido empresarial tem de mobilizar recursos financeiros para passar dos motores de combustão para os motores elétricos? Será que alguém está a prever, nos tempos mais próximos, que haja uma chuva de recursos financeiros a cair em Portugal, que vá permitir às pessoas, às famílias e às empresas ter recursos financeiros disponíveis?

Depois, outra questão, esta tem a ver com as alterações climáticas: também pergunto, relativamente à questão das alterações climáticas e à incidência que vão ter em todos os setores de atividade da vida nacional, que recursos estão ser mobilizados, que recursos financeiros ou que recursos técnicos sérios nós temos e estamos a utilizar, na prática e em concreto, para resolver os problemas que isso nos acarreta?

Eu lembro-vos aqui uma coisa muito importante, quando nós falamos das alterações climáticas, nas subidas do nível das águas e por-aí-fora. Que eu saiba, relativamente à Ria Formosa e relativamente à costa Atlântica, em frente à Ria Formosa, naquilo que diz respeito ao concelho de Faro, naquilo que diz respeito à frontalidade de Faro com a ria e com o mar, não está a ser feito absolutamente nada, do ponto de vista de se recorrer à ciência, à tecnologia e ao investimento (e este assunto já foi aqui abordado por várias pessoas várias vezes), no sentido de nós termos ao mínimo a ideia do que é que pudemos fazer para travar, nas próximas décadas, a eventual e previsível subida da água do mar.



Estamos a falar de uma coisinha muito poucozinha que é o Regulamento para pôr energia elétrica nas baterias dos automóveis e por-aí-fora, mas à boa maneira farenses, nós ainda não temos o oito mas já cavalgamos o oitenta. Fantástico!

Tenho dito.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Vamos então proceder à votação do ponto cinco, Proposta 348/2021/CM – Projeto de Regulamento Municipal para postos de carregamento de mobilidade elétrica.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;01BE)

Face ao resultado obtido, este ponto foi aprovado por maioria.

Texto da deliberação:

“Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 348/2021/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao, Projeto de Regulamento Municipal para Postos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, conforme apresentado no ofício n.º 3745, de 21/04/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10		01	01	28
Contra											00
Abstenções								03			03

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 348/2021/CM.”

Devido a avaria técnica no sistema de gravação, as intervenções produzidas a partir deste momento e até final da sessão não ficaram gravadas, motivo pelo qual não é possível transcrever o respetivo teor

Seguidamente passou-se ao:



PONTO N.º 6

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 414/2021/CM – Projeto de Regulamento de exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar do Município de Faro.

Neste ponto usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que fez a apresentação do mesmo.

Não havendo intervenções passou-se à votação do referido ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria.

Texto da deliberação:

“Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 414/2021/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao, Projeto de Regulamento de Exploração de Mobilidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar do Município de Faro, conforme apresentado no ofício n.º 5154, de 06/06/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01			01		27
Contra											00
Abstenções								03		01	04

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 414/2021/CM.”

Passou-se então ao:

PONTO N.º 7

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Usaram da palavra: o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os membros Guilherme Portada (PS); Beatriz Calafate (PS); António Mendonça (PS); Manuel Mestre (MPT)

Seguidamente passou-se ao ponto:



Moções

Pelo **membro Vitor Cantinho** (Grupo Municipal do PPM) foi apresentada a seguinte recomendação:

“Recomendação para a renovação e climatização da Praça da Liberdade

Situada no eixo da Avenida 5 de Outubro (jardim botânico da cidade com cerca de 0,5 quilómetros), a Praça da Liberdade constitui um peculiar espaço de forma triangulada, e que se apresenta praticamente despido de arvoredo. Fazendo parte integrante de um conjunto urbano com muitas centenas de espécies arbóreas da Avenida, é por fim coroada a nascente pela mata, estando agora esta a beneficiar de um rearranjo que constituirá o futuro Jardim do Liceu João de Deus.

A Praça da Liberdade, é formatada por vários edifícios notáveis clássicos e modernos emoldurando o largo recentemente remodelado mas, inacabado e até desativado na sua expressão arquitetónica, tal como foi a sua fonte com 16 jatos de água e que ajudavam a amenizar climaticamente (sobretudo no verão), uma área que é inundada de sol e dos seus reflexos nas edificações laterais. O local chega a atingir um pico de cerca de 40 graus centígrados.

A Praça, é invadida a nascente até poente por radiação solar, para além das faixas de alcatrão que libertam para o ar o calor da insolação acumulada ao longo do dia, contribuindo para um ambiente insuportável para os cidadãos e visitantes turísticos da Baixa. No enfiamento da Rua de Sto. António, esta já cuidadosamente revestida com toldos de sombreamento, a Praça deveria ser também objeto de elementos urbanos que permitissem gerar frescura e torna-la mais ativa socialmente pela permanência das pessoas em esplanadas, tal como é o Jardim Manuel Bivar e a sua Praça.

Assim, prevemos uma ação primordial, razão desta recomendação ao executivo e que seria a reativação da fonte aspersionadora de água, mas criando um espelho de água que retivesse uma área líquida quadrada e executado noutro material que fôrresse toda a base do fontanário. Essa superfície de água de 3-4 cm de altura (tipo lava-pés), ao nível da calçada existente, ajudaria, através duma evaporação massiva ao esfriamento ambiental de toda a Praça para além do seu efeito estético.

Depois, com a plantação de mais espécies arbóreas (existem apenas 3 secos jacarandás), e muitas mais espécies arbustivas (sugere-se grupo de palmeiras) em canteiros amovíveis e ao longo do terreno ladeando quer as traseiras de prédios degradados a sul, quer o arruamento principal,



dominando este sítio aprazível e cujo aspeto urbanístico atual não é convidativo à permanência no local, em pleno centro da capital do Algarve. Um grupo de esculturas urbanas estaria também na mente dos futuros projetistas.

Por fim, um conjunto de toldos (amovíveis no inverno) ajudariam a enquadrar as esplanadas existentes no local e regulando a insolação diária.

Com o intuito de contribuir para melhores soluções arquiteturas, ambientais e de climatização da cidade pela renovação, sem descorar o da modalidade , o P.P.M. vem propor a esta Câmara a realização desta obra com urgência e sem particulares prejuízos em obra e como vem o Município fazendo atualmente noutros setores pela sua equipa de técnicos projetistas, como é o Jardim da Alameda e o futuro Jardim do Liceu, na prossecução de uma política de conforto e sanidade para o munícipe.”

Colocada à discussão a referida recomendação, usaram da palavra:

Os membros da Assembleia Municipal: Beatriz Calafate (PS) e António Mendonça (CDU).

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PPM.

VOTAÇÃO

Votos contra – 09 (PS)

Abstenções – 05 (03CDU;01IL;01PS-António Miranda)

Votos a favor – 17 (10PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01CH;01BE;01PAN)

*Face ao resultado obtido na votação a referida recomendação foi **aprovada por maioria.***

*Pelo **membro Álvaro Patrício** (Grupo Municipal do CDS) foi apresentada a seguinte recomendação*

“Recomendação – Bebedouros de Faro”

A Água é uma substância essencial à existência da vida.

A prática de exercício físico e o de lazer, são formas muito positivas e saudáveis para obter bem-estar na vida, sendo uma fonte de saúde para o corpo e para a mente, essenciais para a manutenção de uma boa saúde física e mental, tanto de pessoas como de animais.



Durante a prática de exercícios físicos, há perdas significativas de água e sais minerais, o que pode levar a um quadro de desidratação. Torna-se assim de elevada importância e relevância o consumo de água ao longo dos momentos dedicados ao exercício físico. Negligenciar o consumo de água durante os momentos da prática de exercício físico pode resultar em episódios de desidratação, originando complicações de saúde.

As necessidades de hidratação são também necessidades inquestionáveis para os animais de companhia que muitas das vezes acompanham os humanos durante os momentos de prática de exercício físico ou de lazer, ou para os animais e aves que vivem de forma selvagem nos territórios de Faro. O concelho de Faro tem várias áreas ao ar livre destinadas à prática de exercício físico e/ou lazer instaladas por todo o território do município, oferecendo aos seus munícipes e visitantes, a capacidade para receber centenas de utilizadores diariamente, sem que ocorram problemas de congestionamento na utilização.

A rede de vias pedonais e zonas destinadas à prática de exercício físico e os percursos e trilhos já instalados nos territórios de Faro são de excelente qualidade e oferecem, com sucesso, respostas às necessidades dos cidadãos que as procuram. Para além da segurança e conforto que são oferecidos aos utilizadores, a malha de rede está completamente por percurso e trilhos, distribuídos geograficamente pelos territórios do município, sempre que haja potencialidades de interesse público e potenciais necessidades de acessibilidades, percebidas pelos utilizadores da natureza.

É recorrente e regular encontrar objetos e restos de atividade humana, deixados de forma anárquica e sem controlo, empobrecendo a qualidade ambiental dos espaços adjacentes às vias e zonas de desporto e de lazer, nomeadamente bastantes objetos de plástico, tais como garrafas para transporte de água.

O preço das águas engarrafadas disponíveis no mercado, regularmente atinge custos muito elevados, tornando a simples “garrafinha de água” um objeto de luxo.

A disponibilização às populações de bebedouros públicos em que o consumo seja de acesso livre, seria uma agradável e justa nos orçamentos das famílias. Mais uma razão positiva para levar as pessoas a sair de casa e a procurar o exercício físico como forma de vida saudável, dada a disponibilização de água fresca e de excelente qualidade, de forma livre e gratuita.



Fazendo um ponto de ordem:

- Existem boas infraestruturas e capacidades instaladas quanto a vias e zonas destinadas ao desporto e ao lazer ao ar livre, nomeadamente destinadas a caminhadas e para passeios de bicicleta;
- Existam boas campanhas públicas realçando os ganhos para a população, ao aderirem à prática do exercício físico;
- Existe a vontade popular para optar pelas caminhadas, corridas e passeios de bicicleta pelos territórios de Faro;
- Existem imensos objetos abandonados nas proximidades das vias pedonais, nomeadamente garrafas de plástico, em prejuízo do ambiente;
- Mas não existe instalada uma rede de pontos de disponibilização de água para quem opta por usar as infraestruturas destinadas ao desporto e ao lazer. Esta é a colossal fragilidade da rede destas vias e zonas de lazer instaladas no concelho de Faro, a negação pública do acesso à água, quando neste caso também é necessária.

Expostas as razões atrás citadas, torna-se imperativo, com especial importância a relevância, oferecer uma rede de bebedouros em todas as vias pedonais e de prática de desporto ao ar livre, em todos os percursos e trilhos de relevante interesse público, já instalados ou quevenham a ser instalados ou pensados, nos territórios do município de Faro.

Os bebedouros permitem o reabastecimento de água das garrafas que os utilizadores destas infraestruturas habitualmente transportam. Assim é permitida a reutilização do mesmo recipiente tantas vezes quantas as que forem necessárias, evitando-se o final precoce da vida útil das garrafas de plástico, e a acumulação destes materiais nos territórios adjacentes às vias, adicionando resíduos prejudiciais à paisagem e ao ambiente.

Mais ingestão de água, melhor hidratação do corpo, mais saúde e melhor bem-estar dos cidadãos, cidadãs e animais;

Maior reutilização dos recipientes pessoais de transporte de água, menos resíduos atirados e esquecidos sob os solos, melhor ambiente para todos;

Este é um projeto estruturante para os territórios do município de Faro, com elevado impacto na comunidade, com especial relevância a nível ambiental, económico e social, contribuindo ativamente para a qualidade de vida e bem-estar das pessoas que utilizam as capacidades das vias pedonais e de



desporto ao ar livre, bem como de percursos e trilhos, instalados nos territórios do município de Faro.

Este é um projeto que permite à pessoas e aos animais no concelho de faro, o livre acesso ao consumo de água da rede pública distribuída pela FAGAR, de forma gratuita, higiénica e simples.

Faro deseja evoluir com as pessoas, Faro necessita das pessoas para poder evoluir.

O grupo parlamentar municipal do CDS-PP propõe a esta instituição e ao executivo do município de Faro uma nova forma de olhar para as infraestruturas, zonas e vias destinadas ao desporto ao ar livre instaladas nos territórios do município de Faro. Um novo conceito mais saudável e mais amigo das pessoas e do ambiente.

Os Deputados Municipais eleitos pelo Centro Democrático Social (CDS-PP), propõem que a Assembleia Municipal de Faro b«na sua reunião ordinária, reunida em 17 de junho de 2022, delibere solicitar ao executivo do município de faro, no uso das suas competências, aceitar as seguintes recomendações:

1. Realizar um levantamento pormenorizado das infraestruturas, zonas e vias destinadas ao desporto ao ar livre, bem como percursos e trilhos instalados no território geográfico do município de Faro;
2. Estudar toda a rede, e assinalar pontos estratégicos onde possam ser instalados pontos de livre acesso à água de rede pública, por pessoas e animais;
 - a) Instalar bebedouros com a periodicidade possível e necessária, em toda a rede já instalada e ao serviço das populações;
 - b) Dotar o município de uma equipa vocacionada a zelar pelo bom funcionamento e manutenção, com a necessária periodicidade, do parque de bebedouros instalados ao longo da rede de espaços de lazer;
 - c) Para memória futura, sempre que seja pensada a instalação de uma nova infraestrutura para a prática de desporto ao ar livre ou de lazer, percursos ou trilhos, o planeamento desse património deverá contemplar obrigatoriamente a existência de bebedouros, ao longo da nova via.
3. Dotar da necessária informação escrita publicada em sinalização vertical, informando acerca das acessibilidades disponibilizadas ao longo das vias, e alertando para a correta e responsável utilização dos recursos disponibilizados, sempre que seja possível, sempre que seja necessário.



4. Promover uma campanha de sensibilização vocacionada ao público em geral, nomeadamente ao público utilizador destas infraestruturas, bem como de percursos e trilhos onde estão instalados os bebedouros públicos, por forma a:
 - a) Acautelar uma boa utilização dos recursos disponibilizados
 - b) Evitar o mau uso e o vandalismo;
 - c) Informar sempre o serviço de manutenção sempre que sejam verificadas anomalias;
 - d) Incentivar a reutilização através do reenchimento das “garrafas pessoais” para o transporte de água, ao longo de cada bebedouro instalados ao longo da rede;
 - e) Incentivar a depositar lixos nos locais adequados e disponibilizados para o efeito.
5. Promover uma campanha de sensibilização vocacionada ao público em geral, sensibilizando para a vantagem económica que ocorre nos consumidores, quando optam pelo consumo de água disponibilizada na rede de abastecimento pública;
 - a) A água disponibilizada pela FAGAR para consumo é de excelente qualidade;
 - b) A água da rede pública tem um custo mais reduzido do que a água disponibilizada em garrafas, nas lojas e mercados de distribuição de bens de consumo;
 - c) Reutilizando, reenchendo as “garrafas pessoais” recorrendo à água da rede pública, a população está a contribuir para um melhor ambiente, um mundo melhor, ao diminuir o consumo de plásticos associados às garrafas de água pessoais e ajudando a diminuir a pegada de carbono do município.”

Colocada à discussão a referida recomendação, usaram da palavra os membros da Assembleia Municipal: Gameiro Alves (PSD); Beatriz Calafate (PS); João Brandão (BE); António Figueiredo (CHEGA); António Parra Martins (CDU); Vítor Cantinho (PPM); Álvaro Patrício (CDS) e António Mendonça (CDU)

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP.



VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (BE)

Votos a favor – 30 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;03CDU)

*Face ao resultado obtido na votação a referida recomendação foi **aprovada por maioria.***

*Pelo **membro Daniel Viegas** (Grupo Municipal da Iniciativa Liberal) foi apresentada a seguinte Moção*

“Moção –Estratégia Habitacional Intermunicipal do Algarve Central

Considerando que:

Ao longo dos últimos anos, a procura no mercado habitacional em Portugal tem registado um elevado dinamismo, potenciado por um substancial aumento de procura externa. Neste contexto, o Algarve, pelas suas características geográficas intrínsecas, não foi exceção e aumentou tanto os níveis de procura habitacional secundária como, associado ao aumento população residente de 3,7% na última década (Censos 2021), a procura habitacional permanente.

O aumento transversal da procura por habitações no Algarve não foi acompanhado por uma adaptação eficiente da oferta, resultando numa crescente pressão no mercado imobiliário e, conseqüentemente um aumento substancial dos valores praticados no mercado de arrendamento e transação imobiliária. A dificuldade natural de adaptação da oferta imobiliária à procura, devido ao desequilíbrio temporal entre a procura por novas habitações e a construção de novo stock imobiliário, é alavancado por fatores decorrentes das opções políticas efetuadas.

A solução para os problemas do mercado habitacional no Algarve não depende unicamente da ação das autarquias, no entanto é possível mitigar a dificuldade de adaptação da oferta de stock imobiliário e possibilitar à população escolher onde viver recorrendo a mais transparência, eficiência e simplificação a nível autárquico.

Atualmente, a dificuldade de acessos à habitação não afeta apenas 5% menos afortunados da nossa sociedade, mas é transversal e abrange a totalidade da população residente no Algarve. Nos últimos 5 anos, o preço médio das



casas à venda no Algarve registou um aumento de 59,8% para se situar atualmente (maio 2022) em 2.744€/m².

No caso particular das cidades (freguesias) predominantemente residenciais no Algarve Central, verifica-se uma crescente convergência nos preços das casas à venda, comprovando uma interdependência destes polos urbanos. Embora as cidades apresentem diferentes níveis de evolução de preço, a convergência é notória, sendo que Loulé (São Clemente) apresenta o valor mais elevado com um preço médio de 2.257€/m², seguido de Olhão (Olhão) com 2.381€/m², Faro (União de Freguesias de Faro) com 2.172€/m² e São Brás de Alportel (São Brás de Alportel) com 2.141€/m². Em contraposição com a situação registada nas cidades do Algarve Central está, por exemplo, a evolução da cidade de Huelva (Andaluzia, Espanha), em que o mercado registou um aumento de apenas 12,0% nos últimos 5 anos, situando-se o valor médio das casas à venda em 1.480€/m² em maio de 2022.

Nas cidades predominantemente residenciais no Algarve Central, a dificuldade de acesso à habitação é particularmente visível, sendo essencial uma elaboração de uma estratégia habitacional conjunta para aproveitar sinergias e recursos existentes. A interligação e interdependência dos mercados habitacionais das cidades de Loulé, Faro, Olhão e São Brás de Alportel não pode ser ignorada na elaboração das estratégias locais de habitação.

Propõe-se que:

No âmbito das estratégias locais de habitação, a Assembleia Municipal de Faro sugere a criação de um grupo de trabalho intermunicipal, constituído pelas Câmaras de Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel com vista à elaboração de uma estratégia habitacional intermunicipal para as cidades predominantemente residenciais do Algarve Central de forma a acelerar e dinamizar os licenciamentos na habitação e aproveitar sinergias e recursos dos vários municípios.

Não obstante das opções estratégias de cada município, sugere-se a discussão das seguintes possibilidades estratégicas:

1. Coordenar a elaboração de Planos de Pormenor, Planos de Urbanização e Planos Diretores Municipais dos vários municípios de forma a identificar complementaridades e aproveitar experiências e conhecimentos dos diversos gabinetes urbanísticos.



2. Estimular a uniformização de procedimentos e plataformas possibilitando a partilha de recursos tecnológicos e humanos para avaliação de licenciamentos habitacionais e comerciais, bem como a comparação da eficiência dos municípios.
3. Desburocratizar, digitalizar, simplificar e acelerar os licenciamentos, possibilitando o licenciamento paralelo da Arquitetura e da Especialidade, bem como o acompanhamento em tempo real do estado dos processos por parte dos utentes.
4. Estabelecer prazos fixos e uniformizados para resposta a pedidos de licenciamento em zonas urbanas que não sejam abrangidos pelo mecanismo de comunicação prévia.

Sendo aprovada a moção, deve ser remetida à CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, à AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, à Câmara municipal de Faro, à Câmara Municipal de Loulé, à Câmara Municipal de São Brás de Alportel e à Câmara Municipal de Olhão.”

Colocada à discussão a referida moção, usaram da palavra os seguintes membros: Elza Cunha (PAN); Guilherme Portada (PS); António Mendonça (CDU); Vítor Cantinho (PPM); Daniel Viegas (IL) e Teresa Correia (PSD)

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da Iniciativa Liberal.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 15 (10PS;03CDU;01BE;01PAN)

Votos a favor – 16 (10PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH)

*Face ao resultado obtido na votação a referida Moção foi **aprovada por maioria.***

Nesta altura e face ao adiantado da hora, foi sugerido que a reunião fosse interrompida, passando as moções que ainda faltam discutir para uma próxima reunião.



Assembleia Municipal de Faro
17/06/2022

Ata nº. 12

Sobre este assunto, usaram da palavra os membros: Gameiro Alves (PSD); Ana Passos (PS); Sérgio Martins (CDU) - Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe e o Presidente da Assembleia Municipal

Face às opiniões recolhidas e havendo consenso, o Presidente da Assembleia Municipal suspende os trabalhos, tendo os mesmos continuação no dia 21/06/2022, pelas 20.00 Horas, neste mesmo local.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

O Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário